

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL DA OPERAÇÃO-ESCOLA
(Criado pelo Decreto nº 63.253 de 19/9/68)

Elaborado pelas professoras:

LÚCIA MARQUES PINHEIRO
Ministério da Educação e Cultura
MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA
Ministério do Planejamento e
Coordenação Geral

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RELATORIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL DA OPERAÇÃO-ESCOLA
(Criado pelo Decreto nº 63.258 de 19/9/68)

LÚCIA MARQUES PINHEIRO
Ministério da Educação e Cultura
MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA
Ministério do Planejamento e
Coordenação Geral

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL DA OPERAÇÃO-ESCOLA,
CRIADO PELO DECRETO Nº 63.258 DE 19/9/68

O Programa Estratégico de Desenvolvimento, na *Área* da Educação, apresenta um elenco de projetos prioritários; entre eles, a Operação-Escola - Projeto especial - que visa ao cumprimento da obrigatoriedade escolar e à reforma do ensino primário.

O Decreto nº 63.258 de 19/9/68 aprovou a Operação-Escola e instituiu um Grupo de Trabalho Especial para, em conjunto com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e com as Divisões de Educação dos Territórios, promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969, nas áreas que vierem a ser estabelecidas.

A portaria Interministerial nº 199, de 24/9/68, designou as professoras Lúcia Marques Pinheiro e Lyra Paixão, do INEP-MEC e Maria Terezinha Tourinho Saraiva, do IPEA-MINIPLAN, para integrar o Grupo de Trabalho Especial. Foi designada coordenadora do referido Grupo, a representante do MINIPLAN, Maria Terezinha Tourinho Saraiva. A Professora Lyra Paixão pediu dispensa do grupo no dia 19 de novembro, em virtude de constantes viagens, por força de seus compromissos na EATEP.

Ao Grupo foi concedido o prazo de 90 dias, a partir de sua instalação, a 24 de setembro de 1968, para apresentar o resultado de seus trabalhos.

As integrantes do Grupo de Trabalho só tiveram conhecimento de sua designação no dia 8 de outubro do corrente, iniciando suas atividades no dia 14 de outubro, quando foi realizada a 1ª reunião.

Durante o período de 14 de outubro a 24 de dezembro, o Grupo de Trabalho reuniu-se 9 vezes, conforme agendas e atas das reuniões constantes do Anexo I, no Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA.

Atendendo ao que estabelecem, respectivamente, os itens a, b, c, d, e, e f, do § único, do artigo 3º do Decreto nº 63.258, o Grupo de Trabalho tomou as seguintes providências:

item a) Providenciou a elaboração e a distribuição de dois documentos (Anexo II), a fim de auxiliar os levantamentos estatísticos necessários ao desenvolvimento da Operação-Escola. Nesta tarefa contou com o auxílio da perita da UNESCO, Mlle. Isabelle Deblé, que assistiu tecnicamente ao Grupo de Trabalho, quer no preparo de um dos documentos, quer na orientação geral aos Diretores de Ensino Primário dos Estados para o preenchimento dos quadros. Foi oferecida assistência técnica aos Estados que desejem, no setor de estatística.

item b) O Grupo de Trabalho, através da Secretaria Geral do MEC, solicitou a presença da responsável pela Secretaria Executiva do PNE, a fim de que fossem adotadas as medidas necessárias para a mobilização de recursos federais, exigidos para o atendimento das necessidades educacionais. A Profa. Ecilda Ramos de Souza foi substituída na reunião pela Profa. Elna Bordot, que nada pôde decidir. Quanto a recursos, o Setor de Educação do IPEA, enviou um técnico a Brasília para advogar a inclusão de verba específica para a Operação-Escola, na proposta orçamentária para 1969. Foi consignada a verba de NCr\$ 15 000,00. Por ocasião da votação, no Congresso, a verba específica foi retirada e no orçamento para 1969, aparece englobada na rubrica 080407-002 - "auxílio para expansão e aperfeiçoamento progressivo da rede do ensino primário dos Estados e do Distrito Federal, inclusive Operação-Escola, através de convênios gerais com os respectivos governos"¹¹ NCr\$ 69 650 000,00.

item c) O Grupo Especial promoveu, ainda, reuniões com os responsáveis pelo CNAE, COLTED e FENAME, no sentido de serem intensificados os seus programas específicos, nas áreas onde será desenvolvida a Operação-Escola. Ficou estabelecido que, por ocasião das reuniões com os Secretários de Educação e Representantes dos Conselhos (vide item f), os responsáveis por aqueles órgãos participariam de uma mesa redonda, esclarecendo sua atuação futura, em face da implementação do programa.

item d) O sistema de acompanhamento e avaliação previsto nesse item consta do Anexo III.

item e) O Grupo de Trabalho entrou em contato com o Diretor do INEP e este órgão responsabilizou-se pela execução da reforma do ensino primário, já tendo tomado as seguintes providências:

1) no período de 11 a 14 de novembro realizou a Semana de Estudos com os Diretores de Ensino Primário, cuja agenda e relatórios constituem o Anexo IV;

2) aplicou a uma amostra de 10% de crianças da 1ª. série primária das Capitais de todas as Unidades da Federação (90 000 crianças de 1ª. série) uma prova-diagnóstico, com a finalidade de fixar os fatores que estão atuando para o baixo rendimento daquela série escolar;

3) ofereceu assistência técnica aos Estados e aguarda as respostas sobre as áreas de maior interesse, a fim de organizar aquela assistência.

item f) O Grupo de Trabalho promoveu reunião com os Secretários de Educação e Representantes dos Conselhos Estaduais e Diretores de Divisão de educação dos Territórios.

As reuniões foram realizadas, na Guanabara, nos dias 6 e 8 de novembro. A agenda, relatórios e documentos distribuídos constituem o Anexo V.

Após as reuniões com Secretários de Educação, Conselheiros e Diretores de Ensino Primário e Assessores, o Grupo de Trabalho considerou que deveria enviar uma carta aos Estados (Anexo VI), reafirmando os pedidos feitos por ocasião das reuniões.

O Grupo de Trabalho teve todo o apoio administrativo da Secretaria Geral do MEC para a realização dos encontros com os Secretários de Educação, inclusive o sobretudo do Sr. Secretário-Geral, Professor Edson Franco, que providenciou local, organização de pastas, reprodução dos documentos elaborados pelo Grupo de Trabalho, secretaria executiva, taquigrafia, gravação, divulgação, sistema de som, convocação dos Secretários de Educação e Conselheiros, passagens, etc.

O Grupo de Trabalho, através de expediente datado de 6 de dezembro (Anexo VII) solicitou ao Sr. Secretário-Geral do MEC que designasse os funcionários que iriam executar as tarefas previstas nos artigos 4º, 5º e 6º do Decreto nº 63.258, relativas ao controle periódico da observação das medidas preparatórias citadas no art. 4º e ao controle do cumprimento efetivo da obrigatoriedade escolar. O Grupo de Trabalho está aguardando a designação desses funcionários.

Pelo presente relatório, as integrantes do Grupo de Trabalho julgam ter demonstrado o esforço realizado e o entusiasmo pela missão que lhes foi confiada.

Em 26 de dezembro de 1968

Lucia Marques Pinheiro
Prof^a LUCIA MARQUES PINHEIRO
Ministério da Educação
e Cultura

Maria Tereza Tourinho Saraiva
Prof^a MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA
Ministério do Planejamento e
Coordenação Geral

ANEXO I

AGENDAS S. ATAS DAS REUNIÕES DO
GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199 DE 24/9/68)

AGENDA DA 1ª REUNIÃO

Rio, 1/4. de outubro de 1968

- 1 - Escolha da Coordenadora.
- 2 - Plano de ação.
- 3 - Reunião de Secretariado
- 4 - Documentos a serem distribuídos
- 5 - Reunião de Diretores de Ensino Primário,

AGENDA DA 2ª REUNIÃO

Rio, 22 de outubro de 1968

- 1 - Entendimentos com os Diretores-Executivos da CNME, COLTED e FENAME, tendo em vista os termos do DECRETO 63.258 de 19/9/68.
- 2 - Entendimentos com o Sr. Secretário-Geral do MEC, sobre a convocação de Secretários de Educação e Representantes dos Conselhos Estaduais.
 - Plano de trabalho.
 - Recursos para passagens e estada.
 - Convocação pela Secretaria-Geral do MEC.
 - Local dos trabalhos.

AGENDA DA 3ª REUNIÃO

Rio, 22 de outubro de 1968

- 1 - Mlle. Deblé;
 - levantamentos estatísticos
 - quadros
 - roteiro para preenchimento.
- 2 - Documentos a discutir;
 - sugestões pará problemas de espaço escolar
 - sugestões para oroblemas referentes ao curso docente

- sugestões para planejamento de matrícula
- sugestões quanto à execução do programa, a nível estadual
- uso intensivo do espaço escolar
- pauta com o horário do encontro
- Ofício ao Min. da Educação solicitando permissão para convocação dos Secretários de Educação,

3 - Definição das datas das reuniões.

AGENDA DA 4ª REUNIÃO

Rio, 23 de outubro de 1968

1 - Documentos a discutir;

- sugestões para problemas de espaço escolar
- sugestões para problemas referentes ao corpo docente
- sugestões para planejamento de matrícula
- uso intensivo do espaço escolar
- Edital de Chamada
- marcar data para convocar Profa. Ecilda Ramos de Souza e Profa. Elina (Div. de Ensino dos Territórios).

AGENDA DA 5ª REUNIÃO

Rio, 29 de outubro 29 1968

- 1 - Levantamentos estatísticos - Mlle. Deble (Perita da UNESCO),
- 2 - Sugestões para planejamento de Matrícula.
- 3 - Data da reunião com PNE e Divisão de Ensino dos Territórios.

AGENDA DA 6ª REUNIÃO

Rio, 31 de outubro de 1968

- 1 - Participação do PNE e da Diretoria do Ensino dos Territórios , na reunião com os Secretários de Educação e Representantes dos Conselhos Estaduais.
- 2 - Planejamento da matrícula.

AGENDA DA 7ª REUNIAO

Rio, 1 de novembro de 1968

ENCONTRO DA "OPERAÇÃO-ESCOLA"

- 1 - Telegramas (Divisão de Coordenação) - Neusa.
- 2 - Reunião (Gabinete) - Marília - 17:30•
- 3 - Material Para o Encontro (Serviço de Administração) - Guimarães.
- 4 - Circular para Diretores (Serviço de Administração) -Elizabeth.
- 5 - Entrega aeroporto (Serviço de Administração) - Guimarães.
- 6 - Passagens (Divisão de Coordenação) - Herbert.
- 7 - Durante Reunião:
 - Taquigrafia (Divisão de Coordenação) - Paulo
 - Secretaria (DC/SA) - Ana Maria - Elizabeth
 - Gravador (Divisão de Coordenação) - Ivo - Paulo.
- 8 - Ecilda - Elina.
- 9 - FENAME - COLTED - CNAE - SG.
- 10 - Divulgação (Gabinete) - Sandoval.
- 11 - Ofício solicitando recursos (S.A.) - Elizabeth.
- 12 - Conta Bancária - "REUNIÃO ESTUDOS - OPERAÇÃO-ESCOLA - SECRETARIA-GERAL MEC" (Divisão de Coordenação) - Paulo.
- 13 - Órgãos:
 - INEP - 8 mil cruzeiros novos
 - COLTED - 10 mil cruzeiros novos
 - PNE - 5 Mil cruzeiros novos
 - FENAME - 4 mil cruzeiros novos
 - CNAE - 3 mil cruzeiros novos.

AGENDA DA 8ª Reunião

Rio, 20 do novembro de 1968

- 1 - Assistência Técnica aos Estados.
 - a) áreas
 - b) constituição dos grupos do trabalho
 - c) época.
- 2 - Análise dos dados enviados.
 - a) como -
 - b) época -
 - c) organização dossier por cidade
- 3 - Sistema de acompanhamento e avaliação.
 - a) como
 - b) quantitativo e qualitativo
 - c) pessoal.
- 4 - Relatório - prazo - 24 de dezembro.

Agenda DA 9ª REUNIÃO

Rio, 20 de dezembro do 1968

- 1 - Elaboração do relatório final.
- 2 - Sistema de acompanhamento e avaliação.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63.258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 199, de 24 de setembro de 1968).

ATA DA 1ª. REUNIÃO

lata: 14/10/68 - de 14 às 17,35 hs.

Local: Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA

Participantes: Lúcia Marques Pinheiro (INEP), Lyra Paixão (INEP), Maria Terezinha Tourinho Saraiva (IPEA).

A reunião iniciou-se às 14 horas com a presença das três integrantes do Grupo de Trabalho. Conforme estabelecido na Portaria nº 199 foi escolhida, de comum acordo, a Coordenadora do Grupo de Trabalho - Prof Maria Terezinha T. Saraiva - representante do Ministério do Planejamento.

Inicialmente foi apresentada e aprovada a agenda de trabalho do Grupo.

Assuntos discutidos:

- a) Reunião de Secretários de Educação e Representantes do CEE.
- b) Reunião de Diretores do Departamento de Educação Primária.
- c) Documentos a serem distribuídos nas reuniões.
- d) Levantamentos estatísticos.
- e) Medidas propostas para solução dos problemas referentes a espaço e professores.
- f) Reunião com o Secretário-Geral do MEC e representantes da COLTED, CNME e FENAME.

Quanto à reunião de Secretários e Representantes dos Conselhos foi organizado um esquema, dividindo-os em três grupos:

A - Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, Goiás e os Diretores de Divisão de Educação dos três territórios,

B - Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia.

C - Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Distrito Federal.

Datas previstas para as reuniões com os Secretários de Educação: 11/11 - 12/11 e 14/11 (a confirmar após entendimentos com o sr.Secretário-Geral do MEC);

Data prevista para o Seminário com os Diretores do Ensino Primário, 18/11 a 22/11.

Nessas reuniões serão distribuídos os seguintes documentos :

a) projeto especial com cronograma de atividades até dezembro de 1968 (elaboração sob a responsabilidade da representante do IPEA).

b) trabalho sobre a necessidade de reformular o sistema de ensino primário (elaboração sob a responsabilidade da Prof^a Lúcia Marques Pinheiro - INEP).

c) sugestões, tendo em vista aspectos quantitativos e qualitativos, planejamento de matrícula (elaboração sob a responsabilidade do INEP e do EATEP).

d) quadros para os levantamentos estatísticos.

Deverão, ainda, ser tratados nas reuniões com os Secretários de Educação os seguintes assuntos :

- Edital de Chamada da População em idade escolar.
- Indicação das áreas nas quais será implementada a Operação-Escola.

O primeiro documento a ser distribuído foi discutido na reunião e os outros deverão ser apresentados, para discussão, na próxima. Ficou combinada uma reunião com o Sr.Secretário-Geral do MEC com a participação dos Diretores Executivos da COLTED, FENAME e CNME e do Grupo de Trabalho na 4a. ou 5a.feira, dias 16 e 17.

Peito no dia 15 o contato com a Secretaria-Geral, só foi possível marcar a reunião para dia 21 do corrente.

O Grupo de Trabalho ouvirá Mlle Isabelle Deblé, perita da UNESCO - sobre os quadros e os levantamentos estatísticos - assim que esta regresso de Brasília.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63 258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24.9.68)

ATA DA 2ª REUNIÃO

Data : 22.10.63 - de 10,15 às 12 horas

Local: Gabinete do Secretário Geral do MEC

Participantes: Dr. Edson Franco (MEC), Lúcia Marques Pinheiro (INEP), Lyra Paixão (IFEP), Maria Terezinha Tourinho Sarai-va (IPEA), Cel. Ary Leonardo (COLTED).

Ausentes: Os representantes da CNAE e FENAME

A reunião iniciou-se às 10 hs e 15 min. com a presença das 3 integrantes do Grupo do Trabalho e do Sr. Secretário-Geral do MEC.

Foi entregue ao Prof. Edson Franco uma pasta contendo os documentos relativos à reunião. O Sr. Secretário-Geral do MEC aprovou o planejamento do Grupo de Trabalho relativamente aos encontros com Secretários de Educação e Representantes dos Conselhos Estaduais. O Grupo de Trabalho solicitou apoio administrativo da Secretaria Geral, tendo sido concedido. Foram estimados os recursos necessários para os Encontros, devendo colaborar o IEEP, COLTED, CNAE e FENAME, com quotas estabelecidas pelo Sr. Secretário-Geral.

O Grupo de Trabalho comprometeu-se a enviar à Secretaria-Geral:

- pauta da reunião com os Secretários
- datas dos encontros
- documentos básicos
- sugestões quanto a espaço escolar e com o docente.

O Prof. Edson Franco providenciara no sentido de reproduzir esses documentos e mais o Decreto nº 63 258 e a Portaria Interministerial nº 199, para as reuniões com os Estados.

Além disso encarregou-se de, através expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, solicitar permissão para a convocação, tendo em vista Portaria do MEC.

Às 11 horas foi iniciada a parte referente à COLTED, CNAE

Só compareceu o substituto do Diretor Executivo da COLTED, que concordou com o plano apresentado, com a parte referente aos recursos necessários, declarando ser de grande interesse para a COLTED essa reunião.

O Sr. Secretario-Geral sugeriu uma mesa redonda com a participação dos 3 órgãos e com a Secretaria Executiva do PNE.

Solicitou ao Grupo de Trabalho promovesse um contato com o PNE, Divisão de Ensino dos Territórios, com a CNAE e FANAME, tendo em vista a apresentação da Operação-Escola.

Sugeriu, ainda, o Prof. Edson Franco que as reuniões poderiam ser realizadas no auditório do INL.

Terminada a reunião, o Grupo de Trabalho visitou o auditório, apreciando as instalações mas considerando-o pequeno, tendo em vista o número de participantes.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63 253 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24.9.63)

ATA DA. 3a .REUNIÃO

Datas 22.10.63 - de 14; às 18,30 horas.

Locais IPEA

Participantess Lúcia Marques Pinheiro, Lyra Paixão e Maria Terezi-
nha Tourinho Saraiva (integrantes do GT), M Isabelle Deble (UNESCO); Diva Moura Diniz Costa(EATEP)
e Heliette Covas Pereira (IPEA).

Distribuida a agenda da reunião, Deble fez uma exposição sobre "levantamentos estatísticos". Indagou se para efeito da execução da Operação-Escola existiria um responsável legal em cada Estado. Foi respondido pelo GT que sim, devendo em princípio ser o próprio secretário ou Diretor de Educação (nos Territórios) que poderia delegar a responsabilidade a. outra pessoa. Querendo situar-se na realidade brasileira antes de emitir seu parecer sobre as-questões em pauta, prosseguiu M Deble indagando sobre a possibilidade que tem o Diretor do Ensino Primário de resolver os problemas estatísticos. Foi esclarecido que de modo geral, os Departamentos Primários estão munidos com dados estatísticos, embora nenhum dos presentes pudesse informar sobre a coleta e a posterior análise que sofriam.

M Deble considera que seja essa a oportunidade de disciplinar o assunto, criando um órgão ou indicando uma pessoa em cada unidade federativa, especialmente para o fim de atividades estatísticas.

Foi aventada a hipótese de ser ministrado, ainda no corrente exercício, uma Semana de Estudos.

Colocando em termos concretos o problema que lhe foi proposto, declarou M Deble que pretende montar o questionário

que sirva a Operação-Escola com perguntas ao nível do professor, do diretor e de um órgão central. Considera que a interpretação desses dados deveria ser feita aqui e não a nível estadual, embora uma cópia ficasse com o responsável pelo programa, em nível estadual.

O índice de crianças escolarizáveis deve ser levantado pelo GT, prosseguiu M Deble por julgar que as projeções necessárias não seriam feitas da mesma forma o que distorceria a realidade nacional.

Julga que, no momento, os dados indispensáveis sejam o número e a idade das crianças, por série, e se são ou não repetentes.

Acrescentou, ainda, que no planejamento de matrícula deveria ser considerada a importância das migrações na área, o que em algumas zonas provoca violentas distorções na previsão.

O grupo pediu a Deble que explicitasse da maneira mais simples a orientação dos quadros que iria montar.

A perita da UNESCO informou que além de explicitar quanto a coleta de dados procuraria evitar as ambiguidades e as duplas contagens e dar, até mesmo, indicações para o desenvolvimento da Operação, mas nunca a administração da operação.

Pretende pedir as Secretarias de Educação que levantem o equipamento físico e suas disponibilidades.

Ficou marcada nova reunião para a próxima 2ª feira, dia 23, às 14 horas, quando submetera ao Grupo os quadros que vai elaborar, Passou-se a seguir à 2ª parte da agenda.

A professora Terezinha Saraiva, comunicou que no documento básico da Operação-Escola, por decisão do Dr. Arlindo Corrêa não constava a estrutura de recursos.

Precisando ausentar-se por algum tempo, a fim de participar da reunião do GOT, pediu a Professora Terezinha Saraiva que o Grupo procedesse a leitura do documento básico, finda a qual entraria o mesmo em discussão.

Retornando, a Professora Terezinha Saraiva, ainda participou do final dos debates, onde foram propostas pequenas alterações.

Com o intuito de conciliar da melhor forma os interesses superiores do Projeto Operação-Escola, decidiu o GT que a escala de

participantes seria refundida em dois grupos: A e B.

Participariam do Grupo A:

Amazonas, Acre, Para, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e os Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima.

Participariam do Grupo B:

Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Os dois grupos reunir-se-ão na Guanabara com o Grupo de Trabalho Interministerial, para tratar da Operação-Escola, nos dias 6 e 3 respectivamente.

Do dia 11 ao dia 14 estarão reunidos os Diretores do Ensino Primário de Todas as Unidades da Federação.

Para finalizar a reunião que se encerrou às 13,30, foi estabelecida a agenda de trabalho para os dias 6 e 3 de novembro e marcada outra reunião para o dia seguinte, quando seria esgotada a pauta proposta para hoje.

A professora Lyra Paixão disse da sua impossibilidade de comparecer em virtude de sua viagem para o Recife e designou, no momento, a Professora Diva Moura Diniz Costa para substituí-la.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63 258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24.9.68)

ATA DA 4ª Reunião

Data : 23.10.68 - de 15 às 17 horas

Local; IPEA

Participantes: Lúcia Marques Pinheiro e Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Ausente: Divo Moura Diniz Costa (EATEP)

A reunião iniciou-se às 15 horas. A professora Diva Moura Diniz Costa não pode comparecer,

Foi apresentado pela professora Terezinha Saraiva o documento básico já feito. Foi aprovada a redação.

Quanto ao documento contendo as sugestões relativas a espaço escolar e corpo docente, ficou deliberado que será apresentado na reunião de Diretores de Ensino Primário. Na reunião de Secretários o assunto será apresentado durante a exposição do projeto Operação-Escola.

Discutiu-se logo após a introdução elaborada pelo INEP, ao documento que abordará a parte qualitativa. A professora Terezinha Saraiva sugeriu pequenas modificações, no sentido de enfatizar que todas as medidas qualitativas dependerão da compreensão do preparo do professor; alterações plenamente aceitas pela Professora Lúcia Pinheiro que ficou encarregada de refazer o texto, completando-o, para posterior discussão no GT.

Em decorrência da professora Diva Moura Diniz Costa, substituta nessa reunião da Professora Lyra Paixão não ter comparecido, não foi discutido o documento relativo ao planejamento de matrícula, cuja elaboração ficara a cargo da Professora Lyra Paixão.

A reunião que seria realizada dia 28, com 9 presença de Mlle Deble, ficou transferida para dia 29, terça-feira, tendo em vista o facultativo decretado. Nessa reunião, além da parte esta-

tística, deverá ser estudado o documento de planejamento *de* matrícula e marcada a data para a reunião com a Secretaria-Executiva do PNE e a Diretoria do Ensino dos Territórios, que participarão, também dos Encontros.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63 258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica o administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, a Partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24.9.68)

ATA DA 5ª REUNIÃO

Data : 29.10.68 - de 14,30hs às 18,15hs

Local: Setor de Educacao e Mao-de-Obra do IPEA

Participantes: Lúcia Marques Pinheiro, Lyra Paixão, Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Heliette Covas Pereira, Mlle Isabelle Deblé (perita da UNESCO)

Mlle Isabelle Deblé, perita da UNESCO, apresentou verbalmente o documento relativo aos levantamentos estatísticos, que ficara encarregada de elaborar.

Apresentou as fichas básicas a serem preenchidas pelas professoras (uma por turma), pela diretora e pelo responsável a nível estadual.

Foi proposto pelo Grupo de Trabalho que o documento de autoria de Mlle. Deblé fosse apenas mencionado na reunião de Secretários, ocasião em que seria podida a vinde de 2 pessoas, em janeiro, para participarem de uma Semana de Estudos, ocasião em que seriam instruídas pela perita da UNESCO.

A professora Terezinha Saraiva indagou de Mlle Deblé , qual seria a sua sugestão para os levantamentos imediatos das quatro variáveis:

- população escolarizável
- população escolarizada
- rêde escolar (capacidade)
- corpo docente.

A perita da UNESCO indicou o documento elaborado no Setor de Educação e Mao-de-Obra do IPEA, por Dr. Donnis Linhares Barsted "Dimensionamento do Problema e Quantificação da Expansão", que será entregue na reunião, por M Deblé, com a orientação que se fizer necessario.

Foi discutida a dificuldade de levantar a população escolarizável, A professora Lúcia Pinheiro sugeriu que esse dado fosse levantado pelo Grupo de Trabalho, A professora Terezinha Saraiva defendeu a ideia do que o Estado deveria se responsabilizar por esse levantamento, embora concorde que o Grupo de Trabalho também o levante para confronto,

O documento relativo ao planejamento de matrícula não foi discutido, por não o ter terminado a professora Lyra Paixão, encarregada de o preparar.

A professora Terezinha Saraiva solicitou mais uma vez, à professora Lyra Paixão, que fizesse a explanação do trabalho que a Equipe do EATEP está realizando em 4 Estados, a fim de que se compatibilize esse trabalho com os documentos preparados pelo INEP, que serão entregues nas reuniões de 11 a 14 de novembro, com os Diretores de Ensino Primário.

A professora Terezinha Saraiva ficou encarregada de se comunicar com a Prof^a. Ecilda Ramos do PNE, a fim de marcar uma reunião com o Grupo de Trabalho, tendo em vista sua participação nos encontros com os Secretários,

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63.258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969.

(FORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24 de setembro de X.968)

ATA DA 6ª REUNIÃO

Data: 31/10/68 - de 14 hs às 13 hs.

Local: Setor de Educação e Mao-de-Obra do IPEA.

Participantes: Lúcia Marques Pinheiro, Lyra Paixão, Maria Terezi-
nha Tourinho Saraiva, Heliette Covas Pereira, Elina
Bordot.

Ausente: Ecilda Ramos de Souza

A reunião foi convocada pela Coordenadora do Grupo de Trabalho Especial, tendo em vista cumprir determinação do Decreto nº 63.258 - o entrosamento com a Secretaria-Executiva do PNE.

A Sra. Secretária-Executiva do PNE foi convidada, pelo telefone, e declarou que não poderia comparecer à reunião, mas que a Prof^a Elina Bordot, da Diretoria do Ensino dos Territórios compareceria e a representaria.

A reunião começou com a apresentação à Prof^a Elina, do Projeto Especial Operação-Escola (filosofia e estratégia). Foi-lhe solicitado que apresentasse o pensamento do PNE, tendo em vista, por força do Decreto, estar ele engajado no trabalho. A Prof^a disse que nada poderia informar a respeito.

A coordenadora dos trabalhos pediu-lhe que transmitisse a Sra. Secretária-Executiva do PNE, que seria indispensável sua presença antes da reunião de Secretários, a fim de expor ao Grupo de Trabalho, seus pontos-de-vista, o pronunciamento que iria fazer e, se caso fosse apresentado algum documento, este deveria primeiro ser submetido ao Grupo de Trabalho Especial, procedimento já adotado com relação aos demais órgãos que iriam participar dos encontros.

Após ouvir os problemas da responsável pela Diretoria do Ensino dos Territórios, que declarou muito pouco estar realizando por falta de recursos, o Grupo de Trabalho debateu o problema, relação a planejamento de matrícula.

A Prof^a Lyra Paixão encarregada da elaboração do documento, apresentou alguns quadros para planejamento de matrícula. O Grupo de Trabalho considerou que havia necessidade de orientação para o preenchimento dos quadros e ficou combinado que a Prof^a Diva Moura Diniz Costa procuraria a Prof^a Terezinha Saraiva, para ultimarem o trabalho, que deverá constituir assunto da reunião com os Diretores de Ensino Primário.

Foi discutido, também, o documento elaborado pelo INEP, que indica as providências para que se atinjam os objetivos qualitativos visados na Operação-Escola.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63.258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, a Partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24 de setembro de 1963)

ATA DA 7ª REUNIÃO

Data: 1/11/63

Local: Secretaria-Geral do MEC

Participantes: Dr. Edson Franco, Lúcia Marques Pinheiro, Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Cel. Chagas Leite (CNAE), Dr. Humberto Grande (FNME).

Ausente: Prof^a Ecilda Ramos de Souza (PNE) e Prof^a Lyra Paixão (Grupo de Trabalho Especial).

A reunião foi convocada pelo Sr. Secretário-Geral do MEC, para tratar dos aspectos que ficaram a cargo da Secretaria-Geral - apoio administrativo para a realização dos encontros - e que constam da agenda em anexo.

O Sr. Secretário-Geral do MEC solicitou recursos dos órgãos envolvidos no Programa; documentos explicando seu funcionamento para serem distribuídos e participação na mesa redonda, quando os responsáveis pelo PNE, COLTED, FNME, CNAE usariam da palavra por 20 minutos, discorrendo sobre suas atividades e seu engajamento na Operação-Escola.

Na oportunidade, os responsáveis pelos órgãos discutiram sua participação por ocasião da mesa redonda.

O Grupo de Trabalho Especial reafirmou na ocasião, a necessidade da presença da representante do PNE, antes dos encontros; a fim de ser conhecido o documento e o pronunciamento desse órgão.

O Sr. Secretário-Geral informou já ter se comunicado com a Prof^a Ecilda, encarecendo sua presença antes do dia 6.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo DECRETO 63.258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação -Escola, a partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24 de setembro de 1968)

ATA DA 8ª REUNIÃO

Data: 20/11/68 - de 15 h 30 min. às 17 h 30 min.

Local: Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA.

Participantes: Lúcia Marques Pinheiro, Terezinha Saraiva e Mlle Deble (UNESCO).

A professora Lyra Paixão pediu demissão dia 19 do corrente do Grupo de Trabalho, por motivos de constantes viagens, por força de seus compromissos no EATEP. Desse modo, o Grupo de Trabalho Especial passa a ser constituído pelas professoras Lúcia Marques Pinheiro e Maria Terezinha Tourinho Saraiva.

A reunião teve início com a discussão do sistema de assistência técnica aos Estados. Na reunião de Diretores de Ensino Primário foi solicitado pelo Grupo de Trabalho, que até ao final do mês de novembro fosse enviado pelo Estado um expediente informando se desejava assistência técnica e em que área.

O Grupo considerou que deve elaborar uma carta para ser enviada aos Estados, reafirmando os **pedidos** que fez verbalmente durante as reuniões com Diretores de Ensino Primário.

A professora Lúcia Marques Pinheiro ficou encarregada de elaborar a minuta da carta.

Quanto à análise dos levantamentos estatísticos que serão enviados pelos Estados, no período de 15 a 20 de dezembro, foi ouvida Mlle Deblé

Em princípio julga-se necessário organizar um dossier, por cidade e por Estado, é necessário organizar os modelos das fichas.

Cabe ao GT montar o sistema de acompanhamento e avaliação. Sendo assim, ficou combinado que, na próxima 5ª feira, haverá uma reunião com Mlle Deblé, a fim de se elaborar o sistema.

O Grupo de Trabalho sentiu necessidade de se criar uma infra-estrutura para que o trabalho de compilação de dados, anali-

se dos mesmos e acompanhamento do trabalho possa ser executado com segurança, ordem e se mantenha rigorosamente atualizado.

GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL, criado pelo Decreto 63 258 para promover as medidas preliminares de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, a partir de 1969.

(PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 199, de 24 de setembro de 1963)

ATA DA 9ª REUNIÃO

Cata: 20/12/68 - de 15,30 às 17 horas

Local: Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA

Participantes: Lúcia Marques Pinheiro (INEP) e Maria Terezinha Tourinho Saraiva (IPEA).

Na reunião foi discutida a minuta do relatório do Grupo de Trabalho Especial de Operação-Escola que, por força dos termos do Art. 3º do Decreto nº 63. 258; deverá., no prazo de 90 (noventa) dias promover as medidas preliminares, de natureza institucional, técnica e administrativa, destinadas a desencadear a Operação-Escola, em conjunto com as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e com as Divisões de Educação dos Territórios.

O Grupo de Trabalho já recebeu as informações solicitadas nas reuniões referentes aos Estados do Acre, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Território do Amapá. As únicas informações completas são do Acre e Amapá. Os outros Estados ainda não enviaram os dados.

Quanto ao sistema de acompanhamento e avaliação, está sendo organizado um quadro para 1969.

ANEXO II

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

DIMENSIONAMENTO DO PROBLEMA E
QUANTIFICAÇÃO DA EXPANSÃO

COLABORAÇÃO DO SETOR DE EDUCAÇÃO
E MÃO-DE-OBRA

1 - CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

A Constituição vigente preceitua, no Art. 168, paragrafo 3º - Alínea II, que "o ensino dos sete aos quatorze anos e obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais".

Como pode o poder público determinar que o ensino seja obrigatório sem proporcionar oportunidade de matrícula a população estudantil no sistema primário oficial?

Recentes estudos indicam entretanto que, apesar das limitações existentes atualmente, em numerosos Estados, o cumprimento da obrigatoriedade escolar nas suas Capitais e cidades mais importantes e perfeitamente viável a curto prazo, desde que sejam programadas medidas decisivas para ampliar o grau de atendimento da rede de ensino.

Este documento tem por finalidade indicar as medidas que deverão ser tomadas para implementação do programa "Cumprimento da Obrigatoriedade Escolar" (Oporação-Escola). Consiste essencialmente de indicações sobre como dimensionar o problema e planejar o esforço suplementar a ser desenvolvido para absorver uma matrícula adicional além da esperada normalmente, pela evolução natural do sistema de ensino.

Por fim, convém esclarecer que o documento só focalizará o sistema primário oficial. A razão é simples. Na medida em que a Constituição de janeiro de 1967, confirmando a de 1946, estabelece que "a educação é direito de todos", e que "o ensino de sete aos quatorze anos e obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos oficiais" •• sem, no entanto, fazer as ressalvas do parágrafo único do Art. 30 da Lei de Diretrizes e Bases, de dezembro de 1961, quanto a isenção - p poder público tom, por si só, a obrigação de assegurar vagas a todas as crianças em idade escolar.

O fato de se considerar, neste documento, apenas o sistema público, não implica num desconhecimento da existência do sistema particular que, em certas localidades, assume uma dimensão significativa, mas sim no fato de que o sistema primário oficial, por si só, deve ter condições de atender aqueles que a ele acorrerem.

2 - PRIMEIRA VISÃO DA GRANDEZA DO PROBLEMA DO ATENDIMENTO ESCOLAR

A fim de que se possa ter uma idéia da grandeza do problema representado pelo cumprimento da obrigatoriedade escolar, deve-se procurar obter uma visão geral do grau de atendimento proporcionado atualmente pelo sistema educacional de nível primário no Estado, isso se torna possível pela comparação entre a população do 7 a 14 anos a ser matriculada no ensino primário e a capacidade de atendimento do sistema escolar.

Para se fazer este cotejo torna-se necessário, por um lado, determinar o montante da população na faixa de 7 a 14 anos escolarizável no ensino primário e, por outro, quantificar a capacidade de atendimento do sistema escolar. Esta capacidade de atendimento poderá ser considerada sob dois aspectos: como capacidade normal atual do sistema escolar (medida pela atual matrícula do ensino primário) ou como capacidade máxima do sistema escolar atual (medida em termos de matrícula possível, utilizando-se mais intensamente o atual sistema, levando-se em conta apenas o número de salas de aula disponíveis(1)).

Esta comparação poderá ser efetuada, recorrendo-se aos quadros a seguir. Os elementos destes quadros podem ser determinados, utilizando-se os procedimentos indicados nos Apêndices I e II.

Com os Quadros 2.1 e 2.2 dimensionam-se as variáveis desejadas.

QUADRO 2.1

ESTIMATIVA DA DEMANDA GLOBAL

DEMANDA GLOBAL	1968	1969	1970
1- População da faixa do 7-14 anos (habitantes).....			
2 - População na faixa do 7-14 anos escolarizável no Ensino Primário (habitantes).....			
3 - Capacidade atual normal do sistema escolar (matrícula geral no ensino primário).....			

1) Ver Anexo sobre Utilização Intensiva do Espaço Escolar,

Comparando-se a população escolarizável no ensino primário na faixa de 7 a 14 anos (linha 2), com a capacidade atual normal do sistema escolar (linha 3), tem-se uma ideia aproximada do grau de atendimento do sistema, como estruturado presentemente.

A seguir deve-se comparar a demanda global de escolarizado com a capacidade máxima teórica do sistema escolar, conforme o Quadro 2.2.

QUADRO 2.2

COMPARAÇÃO ENTRE A DEMANDA GLOBAL E A ESTIMATIVA DA CAPACIDADE DO SISTEMA ESCOLAR PRIMÁRIO OFICIAL

	1963	1969	1970
1 - População na faixa do 7-14 anos escolarizável no ensino primário (habitantes).....			
2 - Estimativa da capacidade máxima do sistema escolares			
- operando em 2 turnos (vagas).....			
~ operando em 3 turnos (vagas).....			
3 - Percentagem de atendimento: $(2/1) \times 100\%$			
- em 2 turnos.....			
- em 3 turnos.....			

NOTA: Para calcular a capacidade máxima do sistema escolar considera-se que cada sala existente receberá 35 alunos e que essas salas operarão todas em 2 turnos ou todas em 3 turnos. As vagas serão assim calculadas: nº de salas x 2 x 35 ou nº de salas x 3 x 35.

Esta primeira visão da situação escolar, sob o enfoque da matrícula, dá uma indicação da magnitude dos problemas a serem resolvidos para que a obrigatoriedade escolar se cumpra.

3 - OS-NOVOS CANDIDATOS A INGRESSO NA 1ª SÉRIE DO ENSINO PRIMÁRIO EM

Ao se considerar o cumprimento da obrigatoriedade escolar, torna-se conveniente levar em conta a nova demanda que se verifica a cada ano com o surgimento de novos contingentes de candidatos a ingresso na 1ª série do ensino,

Estes candidatos compreendem, na sua maior parte, crianças

que atingirão 7 anos de idade durante o ano em questão (alunos novos). Os demais candidatos com esta idade correspondem a crianças que solicitam transferência para o sistema escolar do Município da Capital (alunos transferidos).

Esta parcela poderá ser significativa em alguns casos, porém, será difícil quantificá-la por inexistência de dados estatísticos.

A nova demanda por ingresso na 1ª série poderá ser estimada da conforme indica o Apêndice III c apresentada da seguinte maneira;

	1969	1970
Novos candidatos em potencial a ingresso na 1ª série do ensino primário no Município da Capital (crianças).		

FONTE: Apêndice III.

A importância deste novo contingente de alunos (7 anos) para o planejamento da matrícula provém do fato de que com o Edital de chamada da População Infantil, o sistema deverá estar devidamente capacitado para receber este novo contingente na 1ª série, o que só poderá ocorrer se for feita uma estimativa de sua grandeza.

4 - PROGRAMAÇÃO DA EXPANSÃO DA CAPACIDADE DO SISTEMA ESCOLAR DE NÍVEL PRIMÁRIO

4.1 - INTRODUÇÃO

Em alguns Estados há indicações de que o sistema escolar das Capitais possa comportar toda a população de 7 a 14 anos escolarizável no ensino primário. As medidas a tomar nestes Estados são bem mais simples, nos demais, será necessário planejar a expansão da Capacidade do sistema escolar de nível primário para atender à demanda consequente do cumprimento da obrigatoriedade escolar a partir do próximo ano (1969).

Para isto, torna-se necessário programar um crescimento agressivo do número total de matrículas até que a matrícula no sistema abranja toda a população escolarizável no ensino primário, com idades compreendidas entre 7 e 14 anos.

4.2 - Procedimento para Determinar a Mota Anual em Matrículas

Há várias maneiras do se estabelecer o número total de matrículas para cada ano. Este documento sugere um procedimento bastante simples, que o poderá servir de base para os cálculos a serem desenvolvidos em cada Estado; tal procedimento consiste em determinar necessidades para uma utilização mais intensa da atual capacidade física do sistema (sem esquecer os requisitos indispensáveis a um bom trabalho pedagógico) e depois estimar qual a matrícula adicional que poderá ser incorporada ao sistema escolar, tendo em vista as limitações impostas por fatores tais como: número de professoras disponíveis, montante de recursos disponíveis, etc. Estimada esta matrícula adicional, será possível determinar as necessidades para o seu atendimento.

É claro que esta matrícula adicional não poderá ser estabelecida arbitrariamente. Deverá ser determinada através de uma compatibilização entre as principais variáveis:

- população, na faixa de 7 a 14 anos, escolarizável no ensino primário;
- número de professores existentes;
- recursos disponíveis;
- limitações administrativas.

Todos estes elementos deverão ser levantados e cotejados entre si até que se possa estabelecer um valor máximo viável para a matrícula adicional.

As metas anuais, até atingir a obrigatoriedade escolar, poderão então ser programadas em termos bastante realistas.

4.3 - O Sistema, Escolar Existente

Desse modo torna-se necessário fazer um rápido levantamento do sistema escolar existente.

Este levantamento abordaria os seguintes aspectos:

- corpo discente;
- capacidade física do sistema escolar expressa em salas;
- corpo docente.,
- despesas com ensino primário.

Com base neste levantamento, será possível verificar se o sistema escolar existente está trabalhando a plena capacidade, ou, em

contrário, verificar quais são os fatores que impedem que isto corra.

Convém ressaltar, mais uma vez, que a finalidade deste levantamento e determinar o nível de utilização mais intensa de cada destes elementos para, então, calcular-se qual a matrícula adicional que Poderia ser incorporada a partir de 1969) por meio de uma mansão equilibrada do sistema escolar.

Os levantamentos necessários para este fim são apresentados no Apêndice IV".

Uma vez feito o levantamento básico, seria calculado o nível máximo possível de operação do sistema, no início do ano letivo de 1969, com base no que já está planejado, e em execução, determinado pelo fator mais escasso (Ver Apêndice V). Por exemplo, se o fator mais escasso for o numero de salas, então calcular-se-á o nível máximo de operação com base neste numero de salas. Verificar-se-á portanto, o "saldo" em termos de professor, recursos, etc. Se o fator limitativo for o numero de professores docentes, poder-se-á verificar quantas salas não estão sendo plenamente utilizadas, e assim por diante.

Estes excedentes ("saldos"), obviamente poderiam ser utilizados quando da expansão do sistema atual.

Por outro lado, o cálculo do nível máximo de operação determinado pelo fator escasso indicaria precisamente qual o fator que deveria ter prioridade na ampliação do sistema para cumprir a obrigatoriedade escolar.

Convém acrescentar ainda que na determinação do nível máximo de operação do sistema em 1969, dever-se-ia levar em conta o numero de salas que poderão entrar em funcionamento no início do ano letivo de 1969, para as quais já há alocação de recursos. Isto porque não será necessário atribuir recursos às mesmas nos cálculos referentes à expansão do sistema.

- A Determinação da Matrícula Adicional

Uma vez calculado o nível máximo possível de operação do sistema escolar existente no começo do ano letivo de 1969, será possível determinar o numero de vagas que o sistema ainda precisará para cumprir a obrigatoriedade escolar, comparando-se a população escolarizável na faixa de 7 a 14 anos, no ensino "primário, com a matrícula máxima possível total do sistema escolar.

Esta diferença será eliminada, decidida e progressivamente através de um plano de ação. O sistema escolar, deverá estar apto a apresentar va-as na 1ª série em número igual ao de novos candida- a ingresso no sistema. Esse plano deverá estabelecer as metas anuais de matrículas à luz dos dados levantados e dar possibilidades de ação ao poder público.

APÊNDICE I

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DA CAPITAL DO ESTADO NA FAIXA DE 7 A 14 ANOS PARA OS ANOS 1968, 1969 E 1970

1 - INTRODUÇÃO

No texto deste documento, intitulado "Cumprimento da Obrigatoriedade Escolar - Dimensionamento do Problema e Quantificação da Expansão", foi visto que era fundamental a estimativa da população do município da Capital do Estado, na faixa de 7 a 14 anos, para os anos de 1963, 1969 e 1970 para que se pudesse ter uma ideia da grandeza do problema.

Na maioria dos Estados, provavelmente, não se poderá dispor, de um levantamento recente da população do município da Capital. A estimativa será um meio de estabelecer um dado aproximativo, de caráter preliminar, porém de grande utilidade.

2 - COMO EFETUAR ESTA ESTIMATIVA

Um documento como o presente, destinado a apresentar sugestões sobre o cumprimento da obrigatoriedade escolar em todo o Brasil não poderia indicar um método preciso e rígido de efetuar tal estimativa, pois o tipo de informação disponível varia de Estado para Estado. Procurou-se, portanto, sugerir um método bastante simples, capaz de ser desenvolvido em qualquer Unidade. Reconhece-se que este método tem sérias limitações; no entanto, resolveu-se adotá-lo em vista das condições existentes. Isto não impede, todavia, que os Estados que disponham do pessoal estatístico e de dados fidedignos desenvolvam métodos mais elaborados. Um esquema possível para estimar a população na faixa de 7 a 14 anos no município da Capital é o esquema indicativo abaixo:

a) efetuar uma estimativa da população total do município da Capital para os anos 1968, 1969 e 1970;

b) calcular a população na faixa de 7 a 14 anos como percentagem (%) da população total do Município, no último levantamento realizado (provavelmente o Censo Demográfico de 1960)³

c) fazer uma estimativa da população na faixa de 7 a 14 anos no Município da Capital nos anos 1968, 1969 e 1970, consideran_

do que a percentagem constatada em b mantém-se constante até os anos em pauta.

3 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CADA ETAPA

Neste item, serão levantadas algumas ideias referentes aos fatores envolvidos na estimativa da população do município da Capital, na faixa de 7 a 14 anos. Visa-se com isso contribuir para o diálogo entre os planejadores de cada Estado sobre como proceder diante da situação específica da respectiva Unidade da Federação.

3.1 - Estimativa da População Total do Município da Capital para os anos 1968, 1969 e 1970.

Esta estimativa poderá ser feita de diversas maneiras. Em princípio, seria conveniente que fosse atribuída, a um técnico especializado em demografia, que conhecesse bem o desenvolvimento demográfico da Capital, é provável que a agência local do IBGE tenha uma estimativa para 1968 e que possa fazê-la para 1969 e 1970.

Caso contrário, deverá ser efetuada uma estimativa com base no Censo Demográfico de 1960 e em informações adicionais que (possam fornecer uma ideia geral do crescimento da Capital. Através de certas correlações poder-se-á fazer uma estimativa bastante precisa.

Por fim, como último recurso, poder-se-á recorrer aos Censos Demográficos de 1960 e 1950 e aplicar-se a taxa de crescimento anual verificada no decorrer do decênio sobre o resultado de 1960, obtendo-se assim, os valores para 1968, 1969 e 1970. Veja-se a sequência no Quadro 3.1.1.

QUADRO 3.1.1

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DA CAPITAL COM
BASE NOS CENSOS DE 1950 E 1960

POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO DA CAPITAL	VALORES
- População do Município da Capital pelo:	
Censo Demográfico de 1950	hab.
Censo Demográfico de 1960	hab.
- Taxa de Crescimento Total no Decênio	%
- Taxa de Crescimento Geométrico Anual no Decênio	% anuais
- Estimativa para 1968	hab.
1969	hab.
1970	hab.

3.2 - A Faixa de 7 a 14 Anos como Percentagem da População Total do Município

Neste caso, também, será necessário se recorrer ao Censo Demográfico de 1960, por ser o dado mais fiel que se dispõe. Será possível extrair deste Censo a percentagem da faixa de 7 a 14 anos sobre a população total do Município, e supor que esta percentagem se manteve para 1968, 1969 o 1970. É claro que esta percentagem fornecerá dados aproximados, porém, na ausência de outros levantamentos, e a única fonte que se dispõe em relação à qual não se fazem grandes restrições.

- Os dados podem ser levantados da forma indicada no Quadro 3.2.1.

QUADRO 3.2.1

TOTAL DO MUNICÍPIO NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960

VALORES DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960	VALORES
1 - População Total do Município da Capital	hab.
2 - População na Faixa de 7 a 14 anos do Município da Capital	hab.
3 - Percentagem da População na Faixa do 7 a 14 anos do Município da Capital • sobre a População Total do Município	%

Tendo-se a percentagem e aplicando-se seu valor a população total dos anos de 1963, 1969 e 1970 chega-se aos valores procurados.

APÊNDICE II

ESTIMATIVA DA CAPACIDADE DO SISTEMA PRIMÁRIO DO MUNICÍPIO DA CAPITAL PARA OS ANOS DE 1968, 1969 E 1970 COM BASE NA EXPANSÃO JA COMPROMETIDA

1 - INTRODUÇÃO

Neste anexo procurar-se-á estimar a capacidade do sistema primário do Município da Capital em termos de salas de aula para que, através de uma comparação com a população escolarizável de 7 a 14 anos, seja possível dimensionar o problema representado pelo cumprimento da obrigatoriedade escolar.

A estimativa se baseará apenas na expansão prevista ou planejada, na data, para a qual já tenham sido alocados ou comprometidos recursos, não se considerando qualquer esforço adicional correspondente a medidas posteriores para cumprir a obrigatoriedade escolar.

A seguir, apresenta-se uma sugestão sobre como proceder para efetuar a estimativa desejada.

2 - PROCEDIMENTO SUGERIDO

Neste item serão sugeridos procedimentos para:

a) Analisar a capacidade física do sistema em 1968. Estes dados deverão ser utilizados quando se procurar estabelecer uma idéia da grandeza do problema representado pelo cumprimento da obrigatoriedade escolar, comparando-os com a população escolarizável na faixa de 7 a 14 anos no ensino primário. Isto exigirá que a capacidade física do sistema seja expressa em termos da matrícula registrada em 1968 e da matrícula máxima possível do atual sistema.

b) Estimar a capacidade física do sistema em 1969 e 1970 para, em função disso, estabelecer o nível máximo de operação do sistema escolar e, a partir daí, dimensionar as necessidades de expansão.

2.1 - Capacidade Física do Sistema Escolar da Capital em 1968

Esta capacidade pode ser determinada por meio de um levantamento específico, caso não haja dados disponíveis. Este deve determinar a capacidade física existente em condições de utilização em 1968, a qual seria expressa em número de salas de aula ou em área total das salas, em metros quadrados.

No primeiro caso, seria determinado, também, o coeficiente "alunos por sala de aula" do sistema público, através do qual se poderia traduzir o número de salas de aula em vagas, estimando, assim, a capacidade instalada do sistema escolar em 1968.

No segundo caso, no qual o resultado se apresenta em termos de área útil total das salas de aula, em metros quadrados - resultado este que proporcionará uma estimativa mais precisa do que no caso anterior - a capacidade máxima do sistema escolar atual seria estimada tomando-se uma média de 1,2 m²/aluno.

Em ambos os casos, chegar-se-á a uma estimativa de capacidade instalada do sistema escolar em 1968,

Caso não seja possível efetuar um levantamento, ou reunir dados de 1968 disponíveis nas estatísticas do ensino, então deve-se partir do último levantamento realizado e acrescentar a estes dados os acréscimos verificados posteriormente até o ano letivo de 1968.

Os dados que forem computados podem ser apresentados na forma do Quadro 2.1.1 a seguir:

QUADRO 2.1.1.1

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA ESCOLAR EM 1968

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Ano de 1968

CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA ESCOLAR	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				PARTICULAR
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1 - SALAS DE AULA:						
em salas						
em m ²						
2 - Nº DE VAGAS:						
35 x 2 x salas (operando em 2 turnos)						
35 x 3 x salas (operando em 3 turnos)						

FONTE:

2.2 " Capacidade Física do Sistema Escolar da Capital em 1969 e 1970

*

A capacidade física do sistema escolar do município da Capital nos anos de 1969 e 1970 pode ser facilmente estimada a partir dos resultados levantados para 1968.

Para isso, basta fazer um levantamento das construções em andamento ou das construções para as quais já haja alocação de recursos, levando-se em conta as datas previstas para o seu término. Assim, será possível calcular os acréscimos, em salas de aula ou área de salas de aula, em 1969 e 1970.

A capacidade física total em cada ano e ser apresentada na forma dos Quadros 2.2.2 e 2.2.3, a seguir:

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR
 ESTIMATIVA DA CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA ESCOLAR EM 1969
 DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Ano de 1969

CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA ESCOLAR	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				PARTICULAR
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1 - TOTAL DE SALAS DE AULA: em salas						
em m ²						
2 - SALAS EM CONSTRUÇÃO COM TERMI NO PREVISTO PARA O ANO LETIVO DE 1969: em salas						
em m ²						

FONTE:

NOTA: O total de salas de aula no ano de 1969 é igual ao total do ano de 1968 (ver Quadro 2.2.1), acrescido das salas de aula com conclusão prevista para o ano de 1969.

QUADRO 2.2.3

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

ESTIMATIVA DA CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA ESCOLAR EM 1970

DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA ESCOLAR	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				PARTICULAR
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1 - TOTAL DE SALAS DE AULA:						
em salas						
em m ²						
2 - SALAS EM CONSTRUÇÃO COM TÉRMI NO PREVISTO PARA O ANO LETIVO DE 1970:						
em salas						
em m ²						

Ano de 1970

FONTE:

NOTA: O total de salas de aula no ano de 1970 é igual ao total do ano de 1969 (ver Quadro 2.2.2), acrescido das salas de aula em conclusão prevista para o ano letivo de 1970.

3 - CONCLUSÃO

Os cálculos anteriores permitem que se estime a capacidade do sistema em 1969 e 1970 correspondente a uma expansão que já está com sua concretização assegurada. A partir desta informação poder-se-á chegar a uma visão nítida da disparidade entre os meios físicos disponíveis e as necessidades para atender a toda a população escolarizável no ensino primário.

Deve-se lembrar, entretanto, que o cumprimento da obrigatoriedade escolar far-se-á com base nos estabelecimentos do poder público, a fim de atender ao postulado constitucional. Deste modo, deve-se considerar a capacidade sob a dependência administrativa do poder público como aquela que poderá ser utilizada intensivamente para o cumprimento da obrigatoriedade escolar.

APÊNDICE III

NOVOS CANDIDATOS EM POTENCIAL A INGRESSO NA 1a.SÉRIE DO ENSINO PRIMÁRIO DO MUNICÍPIO DA CAPITAL

1 - INTRODUÇÃO

Neste anexo indica-se uma maneira de estimar (1) a ordem de grandeza da limite mínimo (2) da pressão para ingresso na la.série do sistema escolar de nível primário num determinado ano. Este limite mínimo será constituído pelas crianças que atingirem a idade escolar - 6 ou 7 anos, conforme o Estado, no referido ano. O cálculo deste limite mínimo é importante por ser este valor uma indicação da ordem de grandeza do número de novas oportunidades de matrícula na la.serie que o poder público deverá proporcionar para assegurar o cumprimento da obrigatoriedade escolar.

Diante da inexistência de dados fidedignos recentes, a estimativa deverá ser baseada nos dados do Censo Demográfico de 1960 (3) para o Município da Capital.

2 - PROCEDIMENTO

Apresenta-se aqui um procedimento simples, mas que proporcionará uma indicação bastante precisa da ordem de grandeza dos novos candidatos a ingresso no sistema escolar em 1969 e 1970.

Tomando-se por base o percentual representado pela população de 7 anos (4) no Censo Demográfico de 1960 na população total do município neste mesmo ano, determina-se a população de 7 anos em 1969 e 1970, aplicando-se este percentual sobre a estimativa da população total do município para os mesmos anos (ver Anexo I).

(1) Caso não seja possível realizar um Censo Escolar no Município da Capital, por questões de tempo ou falta de recursos.

(2) Este limite mínimo difere do limite máximo por não incluir as crianças que já têm mais de 7 anos de idade mas que ainda não chegam a matricular-se no sistema escolar.

(3) Existem já publicados os resultados finais para alguns Estados os resultados preliminares para outros.

(4) Ou 6 anos, se for o caso, conforme o Estado.

A população do Município da Capital, com 7 anos em 1960, pode ser extraída do Censo Demográfico, no volume correspondente ao Estado em questão, no item "pessoas de 5 anos e mais, por idade, com discriminação das alfabetizadas e das que estudam, segundo as zonas fisiográficas, os municípios e os distritos". Se, todavia, surgir alguma restrição quanto aos dados para a Capital em 1960, pode-se recorrer aos dados para o Estado, como um todo, nos itens do Censo Demográfico denominados "população urbana e rural, por sexo, segundo a idade" e "alfabetização, por sexo e situação do domicílio, segundo grupos de idade".

Êstes cálculos podem ser facilmente realizados, utilizando-se os quadros a seguir:

QUADRO 2.1

RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960 PARA O MUNICÍPIO DA CAPITAL

CENSO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DA CAPITAL	1960
% da população de 7 anos sobre a população total	

FONTE :

QUADRO 2.2

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DE 7 ANOS NO MUNICÍPIO DA CAPITAL EM 1969 E 1970 COM BASE NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960 (1)

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO	1969	1970
1 - População Total		
2 - População de 7 anos		

PONTE :

(1) Usa-se percentagem da população de 7 anos sobre a população total extraída do quadro acima.

APÊNDICE IV

LEVANTAMENTO DO SISTEMA ESCOLAR DE NÍVEL PRIMÁRIO

NO MUNICÍPIO DA CAPITAL

1. O levantamento do sistema escolar de nível primário no Município da Capital deverá reunir todas as informações necessárias para o dimensionamento do problema do cumprimento da obrigatoriedade escolar e para uma quantificação da expansão do sistema, a fim de atingir este objetivo. Deverá abordar as principais variáveis tais como: corpo docente, corpo discente, salas de aula, equipamentos para as salas de aula, unidades escolares, recursos, etc.

Neste documento serão apresentados quadros ilustrados do tipo de informação necessária, Não serão exaustivos nem abordarão todos os aspectos do problema, pois num documento genérico como este, de caráter indicativo apenas, não é possível prever as particularidades de cada Capital de Estado.

2. O levantamento poderá ser desdobrado em 2 partes: uma primeira parte, na qual serão recolhidos dados sobre o sistema primário do Município da Capital como um todo, e uma segunda reunindo informações sobre cada unidade escolar.

2.1 As informações do sistema primário do Município da Capital como um todo podem ser reunidas conforme os Quadros 2.1.1 a 2.1.6 a seguir:

Quadro 2.1.1

Propõe-se o uso da matrícula no início do ano, por ser a matrícula levantada nas fichas mais recentes do SEEC - Serviço de Estatística da Educação e Cultura do MEC. No entanto, se fôr possível, convém utilizar a matrícula geral, por ser esta superior à matrícula no início do ano e, assim, refletir melhor a capacidade atual normal da rede de ensino.

Quadros 2.1.2.A. 2.1.2.B e 2.1.2.C

Estes quadros visam: o primeiro, retratar a estrutura etária do ensino primário no Município da Capital e, todos jun-

tos, possibilitar um cálculo do número de crianças cursando as escolas existentes.

O Quadro 2.1.2.A permite também que se tenha uma ideia mais clara sobre a composição etária da la.série, que deverá ser comparada, se possível, com um quadro contendo a população correspondente a estas idades.

A reunião dos três quadros indicará o número de crianças matriculadas nos estabelecimentos de ensino. A este deverá ser acrescido o número de crianças que já concluiu o curso primário, mas que não prosseguiu o curso ginásial. Assim, poder-se-á obter uma estimativa do número de crianças necessitando vagas e abrangidas nessa faixa etária.

quadros 2.1.3, 2.1.4 o 2.1.5

Estes quadros têm como objetivo verificar qual tem sido a evolução das principais variáveis do sistema primário do Município da Capital. O conhecimento desta evolução é muito importante na etapa de planificação, pois fornecerá uma indicação da viabilidade das medidas propostas para a expansão do sistema.

Os quadros com a mesma numeração acrescida da letra B, indicam os acréscimos anuais verificados.

Quadro 2.1.6

Este quadro apresenta informações de máxima importância sobre a distribuição dos professores do Estado. Poderá ser preenchido recorrendo-se às estatísticas da Divisão de Pessoal, do Censo do Funcionalismo ou outra fonte desta natureza.

QUADRO 2.1.1.1

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO DO ENSINO PRIMÁRIO COMUM

NO MUNICÍPIO DA CAPITAL - DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1964						
1965						
1966						
1967						
1968						

FONTE:

QUADRO 2.1.2.A

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA DO ENSINO PRIMÁRIO COMUM

NO MUNICÍPIO DA CAPITAL POR SÉRIE SEGUNDO A IDADE

Ano de 196 —

IDADE DOS ALUNOS	TODAS AS SÉRIES	1a. SÉRIE	2a. SÉRIE	3a. SÉRIE	4a. SÉRIE	5a. SÉRIE
Menos de 7						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
Mais de 14						
TOTAL						

FONTE:

QUADRO 2.1.2.B

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA DO ENSINO MÉDIO - 1º CICLO NO MUNICÍPIO

DA CAPITAL POR SÉRIE SEGUNDO A IDADE NA FAIXA DE 7-14 ANOS

IDADE DOS ALUNOS	ENSINO MÉDIO - 1º CICLO				
	Total Geral	1a. Série	2a. Série	3a. Série	4a. Série
11 anos					
12 anos					
13 anos					
14 anos					
Total de 11-14 anos					
TOTAL GERAL					

FONTE:

QUADRO 2.1.2.C

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

DISTRIBUIÇÃO DO CORPO DISCENTE SEGUNDO A IDADE

IDADE DOS ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS	NO ENSINO PRIMÁRIO (1)	NO ENSINO MÉDIO - 1º CICLO
Menos de 7			
7 anos			
8 anos			
9 anos			
10 anos			
11 anos			
12 anos			
13 anos			
14 anos			
TOTAL			

FONTE:

(1) Incluir coluna para os dados do Ensino Supletivo, se houver.

QUADRO 2.1.3.A

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SALAS DE AULA NO MUNICÍPIO

DA CAPITAL - DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1964						
1965						
1966						
1967						
1968						

FONTE:

QUADRO 2.1.3.B

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE NOVAS SALAS DE AULA ACRESCIDAS AO SISTEMA

DO MUNICÍPIO DA CAPITAL - DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1964						
1965						
1966						
1967						
1968						

FONTE:

QUADRO 2.1.4.A

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO

DA CAPITAL - DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
	TOTAL GERAL	Poder Público			Total	Particular
		Federal	Estadual	Municipal		
1964						
1965						
1966						
1967						
1968						

FONTE:

QUADRO 2.1.4.B

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

NÚMERO DE NOVAS UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO

DA CAPITAL - DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
		Poder Público			Total	Particular
		Federal	Estadual	Municipal		
1964						
1965						
1966						
1967						
1968						

FONTE:

QUADRO 2.1.5.A

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

EVOLUÇÃO DO CORPO DOCENTE NO MUNICÍPIO

DA CAPITAL - DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1964						
1965						
1966						
1967						
1968						

FONTE:

QUADRO 2.1.5.B

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

AMPLIAÇÃO DO CORPO DOCENTE NO MUNICÍPIO

DA CAPITAL - DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	TOTAL GERAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				Particular
		Poder Público			Total	
		Federal	Estadual	Municipal		
1964						
1965						
1966						
1967						
1968						

FONTE:

QUADRO 2.1.6

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

DISTRIBUIÇÃO DAS PROFESSORAS DO ESTADO SEGUNDO A

ATIVIDADE EXERCIDA POR LOCALIZAÇÃO E POR NÍVEL DE FORMAÇÃO

Ano de 196

	TOTAL DE PROFESSORAS	PROFESSORAS EM REGÊNCIA DE CLASSE	PROFESSORAS ESPECIALIZADAS	DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES	SUPERVISÃO DE ENSINO	INSPECTORAS	EM OUTROS SETORES DO SERVIÇO PÚBLICO QUE NÃO O MAGISTÉRIO (1)	OUTRAS CATEGORIAS (1)
Capital								
Interior								
Tituladas								
Não-Tituladas								
TOTAL								

FONTE:

(1) - Indicar quais.

Quanto às informações sobre cada unidade escolar, devem tomar a forma dos Quadros 2.2.1 a 2.2.3, que poderão ser completados com informações adicionais necessárias eventualmente.

Quadro 2.2.1

Este quadro fornecerá informações básicas sobre cada estabelecimento de ensino do sistema da capital. Seria interessante que as unidades escolares fossem ordenadas segundo a divisão territorial da capital, considerada mais conveniente para efeitos operacionais, pois isto muito facilitaria o planejamento da localização das novas unidades a serem construídas. Neste sentido, seria bastante esclarecedor a construção de um quadro que apresentasse a população de cada região administrativa da capital, a respectiva matrícula no ensino primário e a relação entre esta matrícula e a população. Este índice poderia servir de fator indicador das áreas que necessitassem de atendimento prioritário.

Quadro 2.2.3

A indicar as condições de propriedade dos prédios escolares, levando em conta a localização e a dependência administrativa, este quadro fornece valiosa informação no que diz respeito à necessidade de construções para substituir prédios cedidos ou alugados. Associado a um quadro indicando o estado de conservação destes prédios, será mais elucidativo ainda,

Quadro 2.2.4

As informações apresentadas neste quadro indicam o grau de ocupação da área disponível em cada estabelecimento escolar, e constituem importante fator na localização de futuras construções, visando ampliar o sistema sem se ter o ônus de uma correspondente ampliação da área para fins administrativos

QUADRO 2.2.1

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

LEVANTAMENTO DE DADOS BÁSICOS POR UNIDADE ESCOLAR

Ano de 196__

UNIDADE ESCOLAR	MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO (1)	Nº DE TURMAS	Nº DE SALAS DE AULA UTILIZADAS	Nº DE PROFESSORES REGENTES
1.				
2.				

FONTE:

(1) Ou matrícula geral.

QUADRO 2.2.2

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

RELAÇÃO MATRÍCULA/POPULAÇÃO PARA CADA REGIÃO ADMINISTRATIVA

Ano de 196

REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA CAPITAL	DADOS DE CADA REGIÃO ADMINISTRATIVA		
	População Total	Matrícula no Ensino Primário	Relação entre a Matrícula e a População
1.			

FONTE:

QUADRO 2.2.3

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE DAS UNIDADES ESCOLARES

1 - SOB DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DO ESTADO (1)

UNIDADES ESCOLARES	CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE		
	Próprio	Cedido	Alugado

FONTE:

(1) Idem para a dependência administrativa municipal e federal

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

GRAU DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DAS UNIDADES ESCOLARES

Ano de 196__

UNIDADES ESCOLARES	GRAU DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DISPONÍVEL				
	Área Total	Área Construída	Salas de Aula		Área Usada para Recreio
			Nº Total	Área Total	
1.					
2.					
3.					
etc.					

FONTE:

APÊNDICE V

NÍVEL MÁXIMO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA EM 1968 DETERMINADO PELO FATOR LIMITATIVO

1 - INTRODUÇÃO

Neste anexo procurar-se-a determinar:

- a) o nível máximo no qual o sistema escolar existente em 1968 poderia operar, de forma a haver um equilíbrio entre os fatores;
- b) qual o fator mais escasso do sistema educacional no estabelecimento desse nível máximo.

O nível de operação do sistema escolar o estabelecido pela conjugação das diversas variáveis que compõem o sistema: o corpo discente, o corpo docente, a capacidade física do sistema escolar em salas e os recursos disponíveis. Assim, analisando-se o sistema educacional em funcionamento no Município da Capital, poder-se-a verificar qual o montante destas respectivas variáveis. É possível que, muitas vezes, não haja uma total compatibilidade entre estas variáveis. Poder-se-a verificar, inclusive, que o sistema não está operando no nível máximo possível. Este nível máximo será definido, o claro, pelo fator mais escasso, ou seja, a variável de que menos se dispõe; frequentemente uma das seguintes: professoras, salas ou recursos para manutenção.

A definição deste nível máximo de operação com as instalações e os recursos existentes em 1968 é muito conveniente, pois proporcionara, entre outras, as seguintes informações:

- a) uma constatação da existência de subutilização dos fatores disponíveis, isto é, capacidade ociosa, por meio de uma comparação entre o nível máximo de operação determinado pelo fator limitativo e o nível de operação dos demais fatores registrado em 1963;
- b) identificação do fator escasso em 1968;
- c) quantificação dos "saldos", isto é, os excedentes correspondentes aos demais fatores (exceto o fator escasso), verificando assim quais as disponibilidades para um nível mais alto de operação

d) indicação do fator que deverá ter prioridade no planejamento da ampliação do sistema.

O procedimento-para o calculo do nível máximo de operado do sistema e simples. Paz-se um levantamento de fatores em 19635 depois idontifica-se o fator limitativo pare, em seguida, de terminar-se o nível máximo de operaração.

2 - levantamento dos fatores EM 1968

Tendo cm vista que o Apêndice IV trata especificamente da parte de levantamento dos fatores do sistema escolar, este item apenas indicara o tipo de informação necessária para a determinação do nível máximo de operação do sistema.

- Considera-se indispensável o levantamento de dados sobres
- alunos matriculados no início do ano;
 - número de turmas existentes⁵
 - número do salas cm uso³
 - número de professores locionando;
 - recursos destinados a operação do sistema em 1968[§]
 - custo do aluno (*).

Os dados reunidos deverão ser transcritos para os quadros do Item 3.

3 - IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DO FATOR LIMITATIVO EM 1968

Foi visto no Item 1 o conceito do fator limitativo. Trata-se, agora, de identifica-lo o verificar a sua grandeza.

A identificarão sera feita de uma forma empírica, já que este processo fornece uma visão bem melhor da relação entre as variáveis do que um processo no qual todas as variáveis fossem expresses cm termos de uma qualquer delas (por exemplo: o numero de professoras, de salas, ete, nua equivalente em alunos, e assim por diante). Deste modo tornar-se-á, alternadamente, cada uma das variáveis e, partindo-se do valor encontrado no levantamento realizado, procurar-se-á estimar o valor correspondente das demais variáveis

(*) - Menciona-se o levantamento do custo do aluno porem com a consciencia de que se trata de uma análise difícil, para. a qual nao existem dados sistematizados de forma a assegurar-se resultados fi dedignos.

caso de equilíbrio entre os feitôres. Uma consulta aos Quadros 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 tornara mais fácil a compreensão deste procedimento.

Convém esclarecer que este cálculo implica na adoção de certas suposições, sem as quais não será possível realizá-lo. Estas suposições são:

- uma relação "alunos por turma";
- uma relação "alunos por sala"?
- uma relação "alunos por professor"?
- uma estimativa dos "recursos por aluno" para operação do sistema.

Com os valores destes relances será possível determinar os valores das demais variáveis a partir da variável conhecida.

Em vista da finalidade do estudo que está sendo realizado, deve-se ter em mente que estas estimativas não precisam ser exatas; basta ter-se a ordem de grandeza do fator limitativo, mais escasso,

QUADRO 3.1

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DO FATOR LIMITATIVO

1 - FATOR DE REFERÊNCIA: MATRICULA REGISTRADA EM 1968

MATRICULA REGISTRADA EM 1968	VALORES PARA UM ATEENDIMENTO EQUILIBRADO			
	Nº de Turmas Possíveis	Nº de Salas Necessárias	Nº de Professôras Necessárias	Recursos Necessários para Operação

FONTE:

QUADRO 3.2

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DO FATOR LIMITATIVO

2 - FATOR DE REFERÊNCIA; SALAS DISPONÍVEIS EM 1968

SALAS DISPONÍVEIS EM 1968	VALORES PARA UM ATENDIMENTO EQUILIBRADO			
	Nº de Professoras Necessárias	Nº de Turmas a que Correspondem	Alunos que Poderiam ser Atendidos	Recursos Necessários para Operação

FONTE:

QUADRO 3.3

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO DO FATOR LIMITATIVO

3 - FATOR DE REFERÊNCIA: PROFESSORAS DISPONÍVEIS EM 1963

PROFESSORAS DISPONÍVEIS EM 1968	VALORES P.R. UM ATENDIMENTO EQUILIBRADO			
	Nº de Turmas a que Correspondem	Alunos que Poderiam ser Atendidos	Nº de Salas Necessárias	Recursos Necessários para Operação

FONTE:

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

IDENTIFICADO DO FATOR LIMITATIVO

4 - FATOR DE REFERÊNCIAS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OPERAÇÃO EM 1968

VALORES P.R. UM ATENDIMENTO EQUILIBRADO				
RECURSOS DISPONÍVEIS EM 1968	Alunos que Poderiam ser Atendidos	Nº de Turmas a que Corresponde	Nº de Professôras Necessárias	Nº de Salas Necessárias

FONTES:

Uma vez preenchidos estes quadros e efetuados os cálculos para determinar os valores desconhecidos, será possível identificar por simples observação, qual o fator limitativo e o seu valor.

4-NÍVEL MÁXIMO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA EM 1968, DETERMINADO PELO FATOR LIMITATIVO

O nível máximo de operação do sistema, em 1968, determinado pelo fator limitativo, nada mais é que o conjunto de valores assumidos pelos demais variáveis do sistema escolar quando o fator limitativo é usado da forma mais intensa. Correspondem, por conseguinte, aos valores encontrados acima, no quadro relativo ao fator limitativo,

Convém destacá-los, de modo a facilitar a consulta, utilizando-se o Quadro 4.1 a seguir.

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

NÍVEL MÁXIMO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA EM 1968 DETERMINADO

PELO FATOR LIMITATIVO

ALUNOS	TURMAS	PROFESSORES	S.L.L.S	RECURSOS

FONTE:

Uma vez estabelecido o nível máximo de operação do sistema em 1968, seria interessante comparar-se estes valores com os valores registrados em 1968.

Seria possível, então, extrair-se uma série de informações sobre o grau de utilização dos fatores; tais informações orientarão as medidas a serem tomadas na fase de planejamento de expansão do sistema.

CONCLUSÃO

Por fim, resta comparar a matrícula correspondente ao nível máximo de operação do sistema com a população escolarizável, do 7 - 14 anos no ensino primário. Esta comparação fornecerá uma ideia da disparidade existente entre a capacidade de atendimento que o sistema atual poderia proporcionar em 1968 e a população máxima a ser atendida. A mesma coisa poderia ser feita para 1969, com base na ampliação do sistema já comprometida nesta data.

A partir destas comparações, e tendo-se em vista ainda as possibilidades de crescimento do sistema, será possível estabelecer uma primeira aproximação do tempo necessário para cumprir a obrigatoriedade escolar.

APÊNDICE VI
DETERMINAÇÃO DA MATRÍCULA ADICIONAL
POSSÍVEL PARA 1969 E 1970

1 - INTRODUÇÃO

A finalidade deste apêndice é indicar um método para calcular a matrícula máxima que se poderá adicionar à matrícula determinada pelo nível máximo de operação em 1968, na programação da expansão para 1969 e 1970, visando cumprir a obrigatoriedade escolar.

Esta matrícula máxima determinará, por sua vez, um novo nível de equilíbrio entre as variáveis do sistema, que deverá corresponder a um novo nível máximo de operação, ao qual corresponde uma plena utilização dos fatores. Ve-se, assim, que não a expansão da matrícula será condicionada pelos recursos materiais e financeiros disponíveis, como também que o crescimento das variáveis deverá ser equilibrado entre si.

O presente documento desdobra-se, a seguir, em 2 partes: na primeira serão indicados dois procedimentos para se determinar a matrícula adicional máxima, e, na segunda, ideias sobre como aumentar, ainda mais, a matrícula no caso de haver excedente em professores ou salas,

2 - DETERMINAÇÃO DA MATRÍCULA ADICIONAL

De acordo com o que foi dito acima, neste item indicar-se-ão duas formas de se estabelecer a matrícula adicional ou a nova matrícula total determinada por esta matrícula adicional»

2.1 - Procedimento Empírico

Neste caso, partindo-se dos valores encontrados no cálculo do nível máximo de operação e levando-se em conta a população escolarizável no nível primário, estabelecer-se-á um novo nível de operação e procurar-se-á verificar as possibilidades de expandir as várias variáveis para atingir este nível. Conforme o resultado procurar-se-á, através de aproximações sucessivas, definir o novo nível de matrículas,

Este procedimento deve ser executado para cada ano, a fim de determinar as metas anuais,

2.2 - PROCEDIMENTO UTILIZANDO-SE O FATOR MENOS ELÁSTICO

Os levantamentos feitos nos outros anexos e o conhecimento *da* situação real do Estado permitem que se identifique qual o fator menos elástico dentro do sistema escolar, É claro que, não havendo modificação na estrutura de elasticidade dos fatores, a expansão máxima possível nos anos seguintes será determinada por este fator. Por exemplo, se o fator menos elástico (mais escasso) for o número de professoras, então, a expansão do sistema e, por conseguinte, da matrícula, estará condicionada às possibilidades de ampliação do corpo docente.

O novo nível de equilíbrio entre os fatores será estabelecido com base neste fator, utilizando-se um quadro semelhante a um dos Quadros 3.1, 3.2, 3.3 ou 3.4 do Apêndice V.

3 - OUTRAS FORMAS DE AUMENTAR A MATRÍCULA

Pode acontecer que as disponibilidades de variáveis do sistema escolar (salas, professoras, etc.) seja maior que as necessidades definidas pelo novo nível do equilíbrio entre os fatores. Isto é particularmente evidente ao considerarmos o item 2.2 acima. Sendo assim, poder-se-ia ampliar ainda mais a matrícula) recorrendo-se a certos artifícios que permitam a instituição de classes adicionais mesmo havendo carência de um elemento.

Apenas como efeito ilustrativo dar-se-á um exemplo.

Suponha-se que haja professoras disponíveis, porém, faltam salas. Neste caso, será possível incorporar-se um efetivo adicional de alunos através da instituição de "Classes em Cooperação".

ANEXO IV

AGENDA, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS
DISTRIBUÍDOS NAS REUNIÕES DOS
DIRETORES DE ENSINO PRIMÁRIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

O P E R A Ç Ã O - E S C O L A

**Agenda da Reunião de Estudos de Diretores
de Educação Primária e assessores**

Época e duração;

de 11 a 14 de novembro de 1968

Auditório do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
Rua Voluntários da Pátria, nº 107 - (Botafogo)

Manhã: 9h às 12h- Tarde: 14h às 17h

DIA 11

A OPERAÇÃO-ESCOLA:

- objetivos

órgãos envolvidos e papel de cada um

SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA:

. causas de sua baixa produtividade

DIA 12

Prosseguimento da análise da situação do ensino primário no Brasil, tendo em vista o conceito atual de educação primária. Educação para uma sociedade democrática.

Alguns fatores que influem no processo educacional e importânciados mesmos no planejamento da educação.

Como aumentar a flexibilidade dos sistemas educacionais brasileiros.

Relato de algumas experiências educacionais dentro de sistemas mais flexíveis, realizadas nos Estados,

A experiência da Escola Guatemala - escola experimental do INEP, na Guanabara.

DIA 13

Mudanças de programas e de provas - como conduzi-las.

Programas experimentais e programas diversificados.

A influência do livro didático na orientação do ensino.

Notícia sobre o programa da COLTED para treinamento de professores.

Diagnostico, a ser realizado pelo INEP, da situação atual do ensino no 1º ano primário - Notícia sobre o trabalho - Colaboração prevista das Secretarias de Educação Estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios.

Programa de aperfeiçoamento de pessoal, tendo em vista a OPERAÇÃO - ESCOLA.

As Escolas Normais - situação. Necessidade de articulação com o Departamento de Educação Primária.

DIA 14

Aproveitamento do espaço escolar - Medidas sugeridas tendo em vista o atendimento quantitativo e a qualidade do ensino, levantamento estatístico necessário ao desenvolvimento da OPERAÇÃO-ESCOLA.

REUNIÃO DOS DIRETORES DE ENSINO PRIMÁRIO E ASSESSORES

De 11/11/68 a 14/11/68

- 1 - Raymunda Acinó Garcia Lopes de Souza
Divisão de Educação - Equipe Técnica
Macapá - Amapá
- 2 - Zenilda Nunes Lins
R. Saldanha Marinho, 47 - Florianópolis - Santa Catarina
- 3 - Leda Maria Silva Lourenço
Av. Olegário Maciel, 1099-apart.702-Belo Horizonte-MG
- 4 - Rizza de Araújo Porto
R, Aimorés,1139 - apart. 202 - Belo Horizonte-MG
- 5 - Layslr O.Pierucetti Gomide
R. Espirito Santo, 1025-apart.1003-Belo Horizonte-MG
- 6 - Inalda França Spinelli
R. 13 de Maio,21-Boa Vista-Recife-Pernambuco
- 7 - Inalda Vieira Bacelar
R. Brás Miranda, 50 - Olinda - Pernambuco
- 8 - Isolde Julieta Andreatta
R. Castro Alves, 1037 - Batel - Curitiba - Paraná
- 9 - Teresinha Acloli Gama
R. 15 de Março, 276 - Ponta Grossa - Maceió - Alagoas
- 10 - Wânia Geral da Botelho
Av, Boa Viagem, 220-apart.204 - Recife - Pernambuco
- 11 - Maria do Rosário Padilha Florêncio -
R. 10 de Novembro, 161 - Farol - Maceió - Alagoas
- 12 - Maria Dulce Bentes Micheles
Av. Castelo Branco, 458 - Amazonas
Departamento do Ensino Primário - DEP
Secretaria de Educação e Cultura
- 13 - Maria Inácia Barreto Neta
R. Barroso, 301 - Manaus - Amazonas
Serviço de Verificação do Rendimento Escolar - S.E.C.
- 14 - Maria Antonieta Cals de Oliveira
Departamento de Ensino de 1º grau
Secretaria de Educação - Fortaleza-CE
- 15 - Raimundo Castro Viana
Diretor do Ensino Primário do Maranhão
Secretaria de Educação, São Luiz - Maranhão
- 16 - Maria das Neves Rezende
Divisão de Educação Primaria
Boa Vista - Território de Roraima
- 17 - Engênia Silva
Secretaria de Educação escultura
Diretoria do Ensino Primário
Vitoria - Espirito Santo

- 18- Ana Furtado Araújo
Diretoria do Ensino Primário
Secretaria de Educação e Cultura
Vitória - Espírito Santo
- 19 - Oscarina Araújo dos Santos
S.E.D.E,C.
Av., José Bonifácio, nº 1350
Belém - Pará
- 20 ~ Suelly Kruger
Centro Regional de Pesquisas Educacionais
Av. Osvaldo Aranha, 271 - fundos - 89 andar
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
- 21 - Maria Isabel Simões
Secretaria de Educação e Cultura
Centro de Estudos e Planejamento
R. do Oração, 21 - 29 andar
Salvador - Bahia
- 22 - Edel Ern
R. Arciprestes Paiva, 17/702
Florianópolis - Santa Catarina
- 23 - Biracy Machado de Mendonça
R. 94 D nº 63
Setor Sul ou Secretaria de Educação e Cultura
Goiânia - Goiás
- 24 - Milton José de Paula
Secretaria de Educação e Cultura - Coxipó - M.T.
R. Barão de Melgaço, nº 1032 - Cuiabá - M.T.
- 25 - Antonina Coelho Pinto
R. 13 de Junho, nº 1802 - Cuiabá - Mato Grosso
Secretaria de Educação e Cultura - Coxipó - Mato Grosso
- 26 - Ana Bernardes da Silveira Rocha
S.Q. 305 BI B - Apto. 304 - Brasília - DF.
Secretaria de Educação e Cultura - Ed. Pioneiras Sociais - Brasília.
- 27 - Leoni Alves Pereira
R, Vidal Ramos, 19
Florianópolis - Santa Catarina
- 28 - Elza Paiva
R. Benjamin Constant, 1935
Teresina - Piauí
- 29 - Maria Ivone Soares de Resende
R. Desembargador Freitas, 1190
Teresina - Piauí
- 30 - Zilda Campos Silva'
Av. João Rodrigues, 505
Bairro Industrial - Aracaju - Sergipe
- 31 - Leda Maria Cabral Aguiar
Rua Campos, 53
Aracaju - Sergipe

- 32 - Flávia Barros Pimentel
R# 16 de Outubro s/n
Rio Branco - Acre
- 33 - Maria José Seixas Braga
R. Lopes Trovão, 217
Niterói - Estado do Rio de Janeiro
- 34 - Maria do Socorro Muniz
Divisão do Ensino Primário
São Luiz - Maranhão
- 35 - Silvia Bahia
Divisão de Recursos Humanos
USAID/Recife - Pernambuco
- 36 - Maria da Guia Ramos de Lima
Divisão de Currículo e Supervisão
Departamento de Educação Primária
João Pessoa - Paraíba
- 37 - Victoria da Oliveira Lima
Departamento de Educação Primária
João Pessoa - Paraíba
- 38 - Maria Yvonne Atalécio de Araújo - (EATEP)
R. Paula Freitas, 21-apart. 1201 - Fone: 57-45-44
Guanabara
- 39 - Eunice Correia da Costa
Assessoria do Planejamento
Secretaria de Estado da Educação e Cultura
Praça Pedro Velho - s/n
Natal - Rio Grande do Norte
- 40 - Maria Anilda de Menezes
Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais
Secretaria de Educação e Cultura
Praça Pedro Velho -. s/n
Natal - Rio Grande do Norte
- 41 - Maria Helena Fradique Accioly
Secretaria de Educação do Ceará
R. Senador Pompeu, 1165
Fortaleza - Ceará
- 42 - Maria da Cruz Macena
Divisão de Educação ou
R. José de Alencar, 1440
Rondonia
- 43 - Clenir Medeiros Pontes
Divisão de Educação
Porto Velho - Rondonia
- 44 - Graziela Reis de Souza
Divisão de Educação
Território Federal do Amapá - Macapá
- 45 - Joaquim Gonzaga Pinheiro
R. Ramos Ferreira, 117/15
Manaus - Amazonas
- 46 - João Asmar
Secretaria de Educação
Ar_ rvriiaa - Rotestoro - Goiânia

RELATÓRIO REFERENTE.A REUNIÃO DE ESTUDOS DE
DIRETORES DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E PROFESSORES

Assunto: Operação-Escola

Data: 11 a 14 de novembro de 1968

Local: Auditório do CEPE

Agenda: em anexo

participantes: Diretores de Ensino Primário dos Estados e Territórios e Assessores

ausente: Estado de São Paulo

A coordenação dos trabalhos coube à professora Lúcia Marques Pinheiro.

A agenda foi integralmente cumprida.

Alguns Estados manifestaram o desejo de receber assistência técnica para a implementação do projeto.

Até o final do mês de novembro deverão indicar ao Grupo de Trabalho, as áreas em que desejam receber essa assistência.

Foram debatidos os fatores que concorrem para a baixa produtividade do sistema de ensino primário brasileiro havendo, nessa oportunidade, uma troca de experiências.

Todos, sem exceção, concordaram com os objetivos da Operação-Escola e sua estratégia. Alguns manifestaram receio no que concerne a recursos. Para responder a essa inquietação, a Profa. Terezinha Saraiva solicitou que fosse incluída na agenda o tema "Assistência financeira". Coube ao Dr. Edson Machado de Souza, do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA, apresentar no dia 14, a parte referente a recursos, mecanismo de transferências e INDEP.

Os resumos dos relatórios diários, em anexo, dão ideia dos assuntos tratados, dos debates realizados e das sugestões e conclusões propostas.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ESTUDOS COM OS
DIRETORES DE ENSINO PRIMÁRIO E ASSESSORES

OPERACÃO-ESCOLA

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1968

Após as palavras de "boas vindas em nome do Diretor do INEP houve a apresentação de todos os elementos representantes dos Estados: Diretor do Ensino Primário e Assessor, So não compareceram os representantes de São Paulo.

A mesa foi constituída pelo Grupo de Trabalho Especial de Operação-Escola: Prof^a. Maria Terezlha Tourinho Saraiva - Representante do Ministério do Planejamento, Professoras Lyra Paixão e Lucia Marques Pinheiro - do MEC-INEP e relatores do dia.

A professora Maria Terezlha Saraiva expôs-o projeto especial "Operação-Escola" (sua filosofia e estratégia).

Fundamento:

- legal
- social
- econômico
- político

legal - na Lei Magna, Art. 68, na LDB e Arts. 27 e 28;

social - na Imperiosa Integração do Indivíduo à época e ao meio em que vive;

econômico - na Importância desse fator para o desenvolvimento do Pa

político - na sobrevivência da Democracia através da Educação.

Foi esclarecido que a Operação-Escola não traz Inovações, visto que todo Secretário de Educação tem por neta a expansão do ensino e a melhoria de sua qualidade.

Representa, porém» uma sistematização do trabalho que visa a aumentar o contingente atendido pela escola e a elevar o nível do Ensino, partindo do que já está sendo feito, por etapas, com prazos pré-flxados. Prevê o cumprimento da Obrigatoriedade Escolar até 1970. em determinadas áreas, estendendo-se depois, progressivamente, a todo o País.

Foi esclarecido que o estudo da viabilidade de iniciar Operação Escola em todas as unidades federadas foi realizado levando em conta:

- a renda "per capita";
- a concentração demográfica;
- as dotações para Educação;
- os dados estatísticos disponíveis*

Entretanto diz o Decreto: "cabará aos Secretários apontar as áreas em que haja possibilidade de desencadear a Obrigatoriedade Escolar a partir de 1969 ate 1970".

Justifica-se a sugestão das áreas mencionadas - cidades desenvolvidas e capitais na certeza de que, nessas áreas o projeto será viável o que não impede, porém, que outras sejam indicadas.

Prosseguiu-se a exposição em que foram ressaltados os seguintes pontos:

O plano de ação da Operação-Escola tem etapas de trabalho, algumas paralelas, mas todas interdependentes na realização.

Essas etapas são:

Fase Preparatória - Levantamento Estatístico

- estimativa da população escolarizável de 7 a 14 anos;
- levantamento da população escolarizada;
- "deficit" escolar existente.

Quantificação das necessidades educacionais

- relativas a espaço;
- relativas a equipamento;
- relativas ao corpo docente;
- relativas a investimento e custeio.

Visando que o levantamento estatístico imediato seja feito de modo mais rápido, será oportunamente distribuído um trabalho de orientação nesse sentido.

Para 1969, dar-se-á ao Professor, ao Diretor e ao Chefe da Seção uma metodologia sobre levantamentos estatísticos a serem realizados.

Serão considerados os espaços já existentes do ponto-de Vista de:

capacidade física já instalada;
contingente de alunos que pode abranger;
salas disponíveis e necessárias.

Após esgotados os recursos já existentes, far-se-á o plano de expansão.

Haverá ainda quantificação de:

escolas,;
equipamentos;
professores.

Relativamente a Professores é indispensável:

- levantar o n² de turmas já existentes e o n^o que poderá, ainda, ser atendido, após serem consideradas as sugestões dadas no item Espaço;
- verificar o número de Professores em / e fora da regência de classe, excluindo-se as funções que são inerentes ao Professor;
- aproveitar na regência de classe, os professorandos do ultimo ano do Curso Normal mas com supervisão direta e intensiva;
- diminuir o número de Regentes leigos e dar também aos que estiverem regendo classe supervisão direta e intensiva;
- atender ao problema do salário do Magistério.

Foram sugeridas as seguintes medidas:

Indicadas as áreas, feitos os levantamentos, quantificadas as necessidades, sugerimos, e não impomos, as seguintes medidas, se bem que desejamos reafirmar que a escolarização de nossas crianças e meta do Governo ate 1970:

Em relação a Espaços

- uso intensivo do espaço escolar;
- criação de Classes em Cooperação;
- elaboração de um plano de ampliação dos prédios já existentes;
- elaboração de um plano de construção de novas escolas»

Em relação a Professores:

- recondução à regência de turma dos Professores que estão exercendo outras funções;

- reavaliação dos níveis salariais do Magistério;
- aproveitamento dos Professorandos na regência de turma.

Quanto ao uso Intensivo do espaço escolar foi sugerido:

a) a criação de 32 turnos com 20hs de carga semanal ou 800hs de carga anual;

b) a Implantação do sistema de rodízio da folga semanal

O uso Intensivo do espaço escolar traz problemas de limpeza do prédio e de conservação do mesmo, mas uma campanha junto à criança implanta-lhe hábitos e atitudes de higiene e leva-a a zelar pela conservação da escola que é um patrimônio da Comunidade.

O rodízio da folga semanal traz também o problema de uma turma mudar diariamente de sala, não conseguindo o Professor organizar o ambiente adequado ao desenvolvimento de seu trabalho, Entretanto, cada rodízio corresponde a uma nova turma atendida • conseqüentemente a mais um grupo de crianças escolarizadas, o que nos parece compensar os inconvenientes citados.

Sobre a criação de Classes em Cooperação foi lembrado que Entidades públicas ou privadas poderiam oferecer espaço útil à Instalação de uma escola; o Estado daria o mobiliário, material de consumo escolar e Professores. Será preciso, porém, que o prédio ofereça o mínimo de condições de segurança, de higiene e apresente possibilidade de aplicação das técnicas pedagógicas.

Quanto a elaboração de um plano de ampliação e construção

O plano tem que ser objetivo, baseado em dados reais* A matrícula antecipada possibilita o conhecimento das áreas em que se deve ampliar a rede escolar, construindo prédios ou aumentando os já existentes e fazendo de preferência prédios pequenos, a fim de impedir que a criança percorra distâncias excessivas.

Em relação aos Professores foi sugerido:

- os Professores sem regência de turma e que estejam exercendo funções, cujo desempenho independe de sua condição de Professores, devem voltar à turma;
- o problema salarial do magistério primário precisa ser revisto;
- o aproveitamento dos Professorandos, na regência de classe, desde que essa medida seja tomada com os devidos cuidados*

Quanto à Formalização do Plano:

- . decreto da obrigatoriedade escolar;
- . regulamentação;
- . edital de chamada da população escolar;
- . atestado de isenção.

O objetivo da formalização do plano é provocar o impacto, «sumindo o compromisso com o povo brasileiro de cumprir um dispositivo legal e fazer com que o povo tenha confiança na ação governamental.

Atestados de isenção - serão dados de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 30 da Lei Federal 4 024, de 20.XII.61, nos seguintes casos:

- a) comprovado estado de pobreza do Pai ou Responsável;
- b) insuficiência de escolas;
- c) matrícula encerrada (provisório);
- d) doença ou anomalia grave da criança;
- e) outros previstos em Lei.

A comprovação da Obrigatoriedade Escolar se fará pelo

- . Censo Escolar e pela
- . fiscalização da obrigatoriedade escolar.

O Censo permitirá localizar as crianças que estão fora da escola e dará à administração condições para indicar os locais certos, onde se devem construir novas escolas.

O serviço de fiscalização da obrigatoriedade escolar, exercido por agentes estaduais ou municipais, devidamente preparados, ajudará a sociedade a escolarizar os seus menores.

Após a palestra da Profª Terezinha Saraiva seguiram-se observações quanto a:

- 1) época de liberação de verbas e razões da escolha das Capitais e cidades de maior desenvolvimento como áreas viáveis para deflagração da Operação-Escola;
- 2) o que estão fazendo alguns Estados e a Operação-Escola;
- 3) melhoria do ensino.

1. Reconhecida a importância do problema "liberação das verbas, de modo a que não se prejudique o andamento dos projetos estaduais". foi manifestada a intenção de levarem-se as observações co-

lhidas a esse propósito às autoridades superiores, com vistas a evitarem-se os inconvenientes já observados em as relações entre os Estados e órgãos federais de financiamento. Foi também esclarecido que o Decreto Operação-Escola não condiciona a liberação de verbas aos Estados, em 1970, a que todas as crianças de 7 a 14 anos tenham sido estejam sendo atendidas, em escolas primárias, e sim que as providências com vistas a esse objetivo já estejam em andamento.

Com relação às razões da escolha das Capitais e cidades de maior desenvolvimento, áreas sugeridas, mas não impostas aos Estados que poderão determinar outras áreas para a Operação-Escola, foram apresentadas as razões seguintes:

- a) proximidade dos órgãos técnicos;
- b) maior interesse das comunidades;
- c) resultados mais rápidos e, conseqüentemente, efeito motivador para projeto em outras áreas.

2. O que estão fazendo alguns Estados e a Operação-Escola.

a) Alguns dos Srs. Representantes dos Estados manifestaram satisfação pela confirmação, por parte da Operação-Escola, de planos já iniciados (Alagoas, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Brasília, Amazonas),

b) Outros manifestaram receio de que a Operação-Escola viesse a obrigá-los a modificar o planejamento em andamento, observando, ainda, os valores de consulta prévia aos Secretários de Educação, nos casos de projetos que possam afetar a programação estadual (Bahia).

Com relação ao segundo grupo, foi esclarecido que não haveria razão para tal apreensão já que geralmente haveria possibilidade de ajustamento e, de qualquer modo, a realização de um bom plano seria crédito para avaliação dos trabalhos no Estado.

3. Melhoria do ensino, como complemento natural da Operação-Escola, foi referida por alguns dos presentes, tendo sido esclarecido que a matéria seria objeto de estudos e iniciarem-se à tarde.

Os debates permitiram que se colhessem sugestões como as que se seguem:

1) Temas a incluírem-se na agenda:

- a) aspectos operacionais do Projeto "Operação-Escola";

- b) critério para realização do Censo, de modo a assegurar unidade de ação, com possibilidade de melhor aproveitamento dos dados em âmbito nacional;
- c) municipalização do ensino primário.

2) Distribuição do texto do Projeto Especial - "Operação Escola"

A sessão da tarde se iniciou com a apresentação, pela Professora Lúcia Marques Pinheiro, de dados relativos a produtividade da educação primária do Brasil. Salientou ela os aspectos relativos a "perdas" (crianças que abandonam a escola com menos de 3 anos de escolaridade eficiente caindo na faixa do "analfabetismo de retorno"), a subaproveitamento, representado pela evasão e reprovação e a falta de oportunidade de ingresso na escola. Mostrou que a nossa escola primária é altamente seletiva, não atendendo conceito moderno de "escola para crianças", que deve oferecer a cada uma o máximo de oportunidades de se desenvolver conforme suas condições. Sé assim estará sendo atendido o postulado básico da democracia e as conquistas da Psicologia,

Salientou que as crianças que chegam a 4ª série levam em média 5 anos para consegui-lo. Destacou em especial o problema do 12 ano, em que estão 50% das crianças e que apresenta índice de reprovação superior aos de ingresso na Escola Média e nos cursos superiores,

Fêz, também, alusão a perda de caracterização da escola primária, motivada pelas exigências no ensino médio e pela falta de obrigatoriedade do término do curso primário para ingressar no médio o que leva crianças, desde o 2º ano primário, a se evadirem para cursos de adiestramento para o exame de admissão. Esse fato, comentou, aliado à escassa carga horária (4 anos de estudos no Brasil, em regime de 3 turnos, não completam sequer a carga horária de 2 anos na Suíça) e ainda as exigências excessivas dos programas (no 4º ano exigimos o que países mais avançados pedem no 6º) tornam difícil a melhoria da situação, É preciso se tentar uma reforma de base, não só da escola primária como do 12 ciclo do ensino médio, em que são reprovados em proporções alarmantes os contingentes privilegiados que aí conseguem ingressar.

A seguir, os participantes procuraram identificar os principais fatores que estão influenciando negativamente na situação atual.

Foram identificados os seguintes fatores a serem discutidos na sessão seguinte, com vistas a procurar verificar que soluções já foram tentadas para resolvê-las, que resultados tiveram e que outras soluções parecera aconselháveis:

- 1) Currículos pretenciosos;
- 2) Critérios de promoção demasiado exigentes;
- 3) Preparo deficiente do professor;
- 4) Carga horária insuficiente;
- 5) Mobilidade do professor;
- 6) Condições socioeconômicas das crianças
- 7) Classes superlotadas;
- 8) Locais inadequados;
- 9) Baixo salário do professor, levando-o a dedicar-se a vários empregos;
- 10) Falta de assistência direta do professor;
- 11) Direção da Escola
- 12) Seleção inadequada do futuro professor,

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ESTUDOS COM OS DIRETORES DE
ENSINO PRIMÁRIO E ASSESSORES

OPERAÇÃO-ESCOLA

Rio, 12 de novembro de 1968

I) Apresentado o relatório das atividades do dia anterior, foram feitas algumas observações a respeito do mesmo, em relação a escolha das áreas para o início da Operação-Escola ficando esclarecido:

- . não houve determinação para que essa escolha recaísse nas capitais e nitri, foi dada, apenas, uma sugestão visando maior viabilidade para a execução do plano. Entretanto, ficara a cargo dos Secretários a escolha definitiva.
- . quanto aos fundamentos legais da Operação-Escola foram lembrados os Arts. 27 e 28 da L.D.B. a serem incluídos, além do Art. 16.8 da Constituição.

II) Em seguida, teve prosseguimento a análise dos fatores que estão influenciando na baixa produtividade do ensino, apresentados pelo nosso "Grupo de Trabalho".

A - Classes Superlotadas e Locais Inadequados

Patores, também, já focalizados por professores bolsistas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Diversos participantes debateram o problema das classes superlotadas, em virtude por exemplo de:

- . professores licenciados;
- . matrículas abertas durante todo o ano, acarretando prejuízo para a criança e desorganização na escola.

Foi recomendado um controle do que está acontecendo e dos seus resultados.

B - Condições Sociais da Criança

Procurou a Coordenadora saber se algum Estado possuía estudo a respeito do assunto.

Santa Catarina relatou a pesquisa realizada em quatro comunidades da região pesqueira, com o objetivo de estudar a evasão e a repetência naquela área,

A pesquisa revelou:

- . a situação socioeconômica, influenciando no baixo rendimento escolar;
- . a desvalorização da escola pela família;
- . a evasão inferior a hipótese, enquanto o índice de repetência era impressionante.

Lembrou a Coordenadora que uma das razões pelas quais o "Grupo de Trabalho" sugeriu as capitais ou cidades de maior desenvolvimento, para deflagrar a Operação-Escola, foi o fato de ser mais elevado o nível cultural nessas áreas.

Alguns Estados reforçaram o ponto-de-vista apresentado.

Foi abordado outro fator importante relacionado com o socioeconômico cultural: o da saúde, citando então, a Coordenadora declarações do Diretor de Educação de Fernando de Noronha sobre a experiência feita no local, o que veio reforçar a necessidade de maior entrosamento entre os órgãos de Educação e de Saúde.

Diversos Estados relataram suas experiências, que visaram melhorar a frequência do aluno, como:

- mudança de calendário escolar;
- convocação da família, através do funcionamento de instituições escolares - convite para visitar as classes e participação nas atividades da Escola;
- articulação da Escola com todos os órgãos, capazes de contribuir para melhor desenvolvimento do seu trabalho;
- matrícula por zoneamento;
- atrativos para os alunos - melhores recursos de ensino, elementos de recreação etc.

Complementando as opiniões em foco, a Coordenadora fez referências a importância do levantamento de problemas e da concentração de esforços onde houver maiores necessidades.

C - Problemas Relativos ao Professor

- 1) Falta de preparo profissional
- 2) Salário insuficiente
- 3) Falta de assistência direta
- 4) Direção da Escola meramente administrativa
- 5) Seleção inadequada para a Escola Normal

1. Em relação ao preparo do professor, a Coordenação ressaltou que uma das falhas mais graves reside no fato de que o professor, em muitos casos, não está cômscio dos objetivos da Educação em toda a sua amplitude, restringindo-se a mera instrução.

2. Quanto ao salário do professor foi encontrada grande diversificação. A insuficiência desse salário, na maioria dos casos, acarreta graves conseqüências:

- professores que para sobreviverem exercem varias atividades;
- evasão dos mais qualificados;
- aulas improvisadas.

3. Considerando a ausência de orientação direta ao professor, concluiu-se da necessidade de uma maior intensificação dos trabalhos de orientação por parte do diretor que representa uma função-chave na escola,

4. Na realidade, em uma taxa elevada, a maioria dos Diretores de Escola Primária estão dissociados de sua função técnico-pedagógica, atendendo exclusivamente a parte administrativa.

5. Quanto ao ingresso para a Escola Normal, de modo geral, constata-se uma seleção inadequada,

fedidas Sugeridas

- estender o Curso Normal (29 ciclo) para quatro anos,, evitando que esse curso sirva de "trampolim" para ingresso na Universidade;
- levar a professoranda a frequentar, com intensidade, a Escola Primária durante todo o Curso;
- fazer a seleção para a Escola Normal, através das matérias básicas do Ensino Primário.

Alguns Estados oportunamente expuseram suas experiências a respeito do estágio das professorandas, realçando a importância de uma constante supervisão junto ao referido estágio.

III) A Seguir, a professora Maria Dulce Pires Vaz apresentou os resultados» de uma pesquisa realizada, em 1965, pelo INEP, envolvendo 88 Escolas Normais de oito Estados da Federação, cujo relato cêu margem a debates.

IV) Foi distribuído o seguinte materiais

Decreto criando a Operação-Escola

Operação-Escola; subsídios para uma Reformulação do Ensino Primário Brasileiro

Anais da II Conferência Nacional de Educação

Experiência sobre promoção na Escola Guatemala

Cumprimento da obrigatoriedade escolar - quantificação das necessidades.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ESTUDOS COM OS DIRETORES DE
ENSINO PRIMÁRIO E ASSESSORES
OPERAÇÃO-ESCOLA

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1968

As atividades do dia 13/11/68 tiveram início com a apresentação do relatório do dia anterior, o qual foi apreciado pelo plenário, sendo sugeridas algumas emendas e apresentadas sugestões no sentido de dar maior ênfase às apresentações das experiências vividas pelos Estados,

A representante da Paraíba salientou a necessidade de objetivar o ponto de partida para os trabalhos da Operação-Escola, ressaltando as dificuldades de recursos em que se encontra seu Estado, solicitando sugestões práticas e imediatas.

Foi explicado pela coordenadora que o grupo de trabalho não tinha condições imediatas para resolver os problemas de recursos de cada Estado, e que esse assunto seria tratado pelo Dr. Edson Machado de Souza do IPEA, no dia 14.

Após a discussão sobre o cumprimento ou não da agenda apresentada para a realização dos trabalhos, ficou decidido que a mesma seria obedecida, tendo sido ressaltado o valor de uma boa fundamentação, como ponto de partida para a execução e, ainda, que os problemas estão sendo levantados para se estabelecer após as conclusões.

A seguir foram levantados os seguintes assuntos:

Programas - um grupo de trabalho estuda o sistema escolar de 10 países, no que respeita ao período de escolaridade obrigatória, a fim de que se possa ter uma visão do que se faz nesse setor.

Provas - necessidade de uma filosofia de educação, de planejamento e de estabelecimento de objetivos. Importância da flexibilidade da prova e sua influência na reprovação. Conclusão que o professor deve ir assumindo a responsabilidade da pro-

va e a mudança da avaliação deve ser acompanhada de uma mudança de atitude e de mentalidade do professor, como, também, que a Escola Normal deve desenvolver um trabalho durante o curso, no que se refere à avaliação como um processo integrado do sistema.

COLTED

As representantes da COLTED apresentaram o plano-piloto que será desenvolvido em etapas sucessivas, ressaltando a realização de vários cursos de treinamento para utilização do livro didático,^ licitaram a colaboração dos diretores dos Departamentos de Ensino primário para uma melhor execução do plano e explicaram a atribuição dos elementos que participarão do plano da COLTED,

Na 2a. parte dos trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos:

- a) Sistema de promoção.
- b) Survey da situação atual do 1º ano primário.
- c) Programa de aperfeiçoamento do pessoal.

Foram solicitadas ao plenário sugestões, orais ou escritas, no que se refere ao programa de aperfeiçoamento de pessoal visando à Operação-Escola.

Quanto à promoção, foi dito que há dois sistemas no Brasil. A professora Lúcia M. Pinheiro relatou a experiência vivida na Escola Guatemala, no que diz respeito à promoção, como também fez referência à distribuição do programa, organização das turmas, escolha do professor, métodos usados, orientação pedagógica. Comparou os resultados obtidos, através do tempo com os resultados médios do Estado da Guanabara.

A equipe do INEP, representada pelos professores Maria Laís Mousinho Guildi e Walter Augusto do Nascimento, fez uma exposição sobre a prova-diagnóstica da situação do 1º ano, dando orientação aos Diretores de Educação sobre como os professores deverão aplicar os testes.

Foi esclarecido, respondendo a uma pergunta, que esta pesquisa tem como objetivo a verificação da imagem verdadeira do 1º ano, em qualidade, nas diversas regiões. Poderá ser útil à Operação-Escola com respeito aos Estados que se interessarem em aplicá-la, pois oferecerão sugestões para a melhoria qualitativa, entretanto não está vinculada e nem é parte da Operação-Escola.

Foram lidas as instruções, questionários e testes, esclarecidas algumas dúvidas e corrigidas algumas falhas nos mesmos.

Reunião de Estudos de Diretores de Educação Primária e Assessores
Relatório das atividades do dia 14 de novembro de 1968.

Após a leitura do relatório das atividades do dia anterior, discutiu-se sobre o caráter que assumiria o Levantamento da situação do 1º ano no desenvolvimento da Operação-Escola.

Picou esclarecido pela professora Lúcia Marques Pinheiro que se tratava de um estudo a ser realizado pela Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (CBPE-INEP) com o objetivo de fixar os fatores que estão influenciando na situação do 1^{fi} ano primário, como auxílio para o planejamento das soluções a serem tentadas a fim de atender à situação. Assim, os Estados que o julgassem desnecessário, por já dominarem a situação ou já haverem feito outros levantamentos semelhantes, estariam dispensados de realizá-lo,

Ficou ainda esclarecido que o levantamento fora preparado pela equipe da DAM, que tivera o cuidado de apresentá-lo, a professores de todos os Estados para estudo do vocabulário empregado e, ainda, de incluir todos os fonemas e dificuldades de aprendizagem da leitura na Iª série, de maneira graduada»

Foram, depois, analisados pelo Dr. Edson Machado, do IPEA, os artigos do decreto 63.258 que cria a Operação-Escola, relativos a recebimento de recursos pelos Estados e Territórios. Foi dada notícia sobre a criação do INDEP e as funções que lhe caberão e analisado o decreto 63.340, de 1º de outubro de 1968, que dispõe sobre a assistência financeira da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para o desenvolvimento dos respectivos sistemas de ensino primário e médio, O professor Edson Machado comentou ainda o projeto de Lei nº 60, de 1968 e referiu-se ao mecanismo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Representantes dos Territórios pediram atenção particular do Grupo Especial da Operação-Escola para o problema dessas unidades federadas, que contam apenas com recursos federais.

Na sessão da tarde, foi feita por Mlle. Isabelle Deblé, perita da UNESCO, a apresentação dos dados estatísticos previstos para o planejamento da Operação-Escola, expressos nos documentos "Cumprimento de Obrigatoriedade Escolar" preparado pelo IPEA (e que se refere aos dados a serem levantados em 1968) e "Operação-Escola*

controle por métodos estatísticos" (que se refere ao trabalho a ser realizado a partir de 1969). Os documentos foram analisados « as duvidas surgidas devidamente atendidas.

A Diretora da Divisão do Ensino Primário Fundamental da Guanabara fez, a seguir, uma exposição sobre a maneira como a matrícula antecipada (feita em setembro) è realizada e se utiliza no referido Estado, como recurso para melhor planejamento do trabalho e para atendimento das necessidades básicas antes do início do ano letivo seguinte,

A professora Terezinha Saraiva solicitou aos prosores que apresentassem por escrito ao Grupo de Trabalho Especial as solicições de assistência técnica, relativas às várias unidades federadas, especificando os setores preferenciais, em cada caso. Foi lido o cronograma das atlvldades previstas para 1968 e para o 1º semestre de 1969, notando-se grande interesse dos presentes com delação às reuniões marcadas para março e Junho de 69, quando se terá definido a ação prevista em cada Estado e especificado o auxílio necessário de parte do Governo Federal.

Os representantes do Amazonas e de Mato Grosso dirigiram, a seguir, palavras de agradecimento ao Grupo de Trabalho Especial.

A professora Diva de Moura Diniz Costa, em nome da EATEP, explicou aos presentes o trabalho realizado pela citada equipe do INEP, especialmente em Pernambuco e no Espírito Santo. A professora Eugenia Silva, do Espírito Santo, agradeceu em nome da referida unidade federada o trabalho da EATEP e incentivou os presentes e não desanimarem se não se obtiverem bons resultados de início, das as naturais dificuldades, pois certamente mais tarde serão obtidos bons frutos.

A seguir, a professora Lúcia Marques Pinheiro comunicou que o material para o levantamento do ensino primário já seguiu para os Estados e solicitou que dentro de 3 dias os representantes dos Estados mais próximos e dentro de uma semana os dos mais longínquos lhe comunicassem se o material chegou ou não.

Encerrou depois a sessão, agradecendo a presença de todos e desejando pleno êxito aos trabalhos nos Estados.

OPERAÇÃO - ESCOLA

Contribuição do Grupo de Trabalho Especial (Portaria 199 de 24 de setembro de 1968).

Rio de Janeiro, novembro 1968

CUMPRIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR NAS CAPITALS DOS ESTADOS
E CIDADES DE MAIOR DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

I - INTRODUÇÃO

A Constituição Federal e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinam a obrigatoriedade escolar de 7 a 14 anos, e esta transfere aos Estados, através de suas Secretarias de Educação, a tarefa de cumprir o dispositivo legal.

É pois, indispensável e urgente que através de planejamento adequado e de corajosa determinação se tornem realidade concreta os dispositivos legais,

O planejamento educacional deve ter suas bases assentadas na pesquisa das necessidades atuais e na estimativa das necessidades futuras e não deve sofrer solução de continuidade, mesmo que mudem seus executores,

O ensino primário brasileiro é deficiente em termos de quantidade, é seletivo e mal-orientado, não aplicando convenientemente os recursos que lhe são destinados. "Considerando a relação existente entre os padrões educacionais alcançados por uma nação e o seu desenvolvimento econômico e social, verifica-se que medidas de caráter urgente e inadiável têm de ser tomadas no sentido de elevar o nível do nosso ensino primário e de proporcionar iguais oportunidades a todos, através do cumprimento da obrigatoriedade escolar.

O Governo Federal, no período correspondente a 1968-1970, dará ênfase especial ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, através do Projeto Especial Prioritário - "Operação-Escola", a ser deflagrado nas Capitais dos Estados e cidades de maior desenvolvimento socioeconômico.

A União, através do MEC, terá ação supletiva nesse plano e condicionará, a partir do início de 1970, a transferência dos recursos educacionais para os Estados, ao cumprimento da obrigatoriedade escolar em suas Capitais e cidades de maior desenvolvimento»

Neste documento auxiliar à "Operação-Escola" - Projeto Especial Prioritário do Programa Estratégico de Desenvolvimento - estão alinhadas as diversas etapas de trabalho, que deverão ser observadas para que se atinjam os objetivos da "Operação-Escola" e se cumpram

os dispositivos legais já referidos, e incluídos os anexos relativos ao dimensionamento do problema, ao uso intensivo do espaço escolar e a reforma do ensino primário.

2 - SELEÇÃO DAS ÁREAS

O cumprimento da obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos, em todo o território nacional, constitui aspiração do povo e dever das autoridades, uma vez que é preceito constitucional e tendo em vista que o papel da educação é tão ou mais ponderável na riqueza de uma nação quanto a acumulação de capital material.

Entretanto, determinados fatores, como a imensa extensão territorial do País, a população rarefeita em nossa zona rural e a baixa renda "per capita", entre outros, impossibilitam uma ação imediata, de âmbito nacional.

Estudos foram realizadas com base na renda "per capita", nas dotações para educação, especificamente para o ensino primário, previstas nos orçamentos estaduais e municipais; nos dados disponíveis fornecidos pelo Censo Escolar do Brasil, realizado em 1964 e pelo Anuário Brasileiro de Estatística, de 1966, a fim de selecionar as áreas a serem trabalhadas intensivamente,

De acordo com os estudos feitos, as Capitais e as cidades de maior desenvolvimento são as áreas em que, no período de 1968 a 1970, o problema de escolarização de 7 a 14 anos, em nível primário deverá ser desassombradamente encarado e devidamente solucionado.

No ano de 1968, as Secretarias de Educação Estaduais deverão tomar medidas de caráter legal, técnico e administrativo, necessárias a implementação do Plano, que deverá ser executado a partir do início de 1969, nas áreas já indicadas.

Em 1970, a obrigatoriedade escolar deverá ser estendida às áreas de maior desenvolvimento sócio-político-econômico, fora dos Municípios das Capitais (o estudo das cidades que figurarão no projeto deverá realizar-se no início do ano de 1969).

Assim, na "Operação-Escola", que deverá ser executada no triênio 1968-70, haverá uma fase de preparação - 1968 - e uma fase de ação - 1969-1970.

3 - ESTRATÉGIA PARA ATENDIMENTO DA OBRIGATORIEDADE ESCOLAR

3.1 - Dados Básicos

O plano para o cumprimento da obrigatoriedade escolar deve ter etapas de trabalho, algumas paralelas, mas todas interdependentes, que constituem na essência, a sua. estratégia.

Para que o planejamento seja baseado em dados reais é necessário que se efetuem os levantamentos estatísticos indicados, capazes de dar apoio e direção a uma política educacional:

- a) estimativa da população escolarizável de 7 a 14 anos;
- b) verificação da população escolarizada (na escola primária, já atendida anteriormente e que está no ensino médio ou a que não continuou os estudos, após a conclusão do curso primário);
- c) levantamento do "deficit" escolar existente.

Os dados levantados indicarão as medidas que se fazem necessárias para a deflagração da "Operação-Escola".

3.2 - Quantificação das Necessidades Educacionais

3.2.1 - Necessidades de Espaço

O atendimento de toda a população em idade escolar requer a expansão da rede de ensino atual, exigindo novas construções. Deve-se, no entanto, antes de programá-las, desenvolver uma política estratégica de plena utilização da rede escolar já existente.

As medidas abaixo são as indicadas para estabelecer um plano de ação:

a) estudar detalhada e criteriosamente as instalações já existentes na rede pública de estabelecimentos de ensino primário, visando um melhor aproveitamento das instalações, transformando, se necessário, áreas ocupadas com outras atividades, em novas salas de aula e reparando as que se encontram em más condições;

b) estudar a composição das turmas, redistribuindo melhor os alunos, evidentemente sem ultrapassar os limites tecnicamente indicados para um bom trabalho pedagógico;

c) levantamento do número de salas disponíveis da rede de escolas públicas primárias e do número de salas necessárias para o atendimento da população em idade escolar.

3.2.2 - Necessidade de Professores

A constituição de novas turmas implicará na necessidade do maior número de professores.

Para fixar esse numero é necessário:

- a) levantar o numero de turmas já constituídas e o numero a ser formado para atender à população escolarizável;
- b) verificar o número de professores em efetiva regência de turma;
- c) levantar o numero de professores que estão exercendo funções administrativas, quer na Secretaria de Educação, quer em outros órgãos do Governo;
- d) estudar a possibilidade de utilizar as alunas da 3ª série normal das escolas dos Estados para suprir os "deficits" eventualmente existentes.

3.2.3 - Necessidade de Investimentos e Cu3teio

Quantificadas as necessidades de construção e equipamento de novas salas de aula tornar-se-á possível calcular os investimentos indispensáveis à implementação da "Operação-Escola"

Estudadas as exigências de admissão de novos professores e de pessoal administrativo, para preencher as necessidades derivadas da expansão do atendimento escolar, poder-se-á prever quais os recursos correspondentes às despesas com pessoal.

Identificadas as metas de novas matrículas, igualmente, será possível estimar as despesas adicionais com material de consumo,

Essas despesas deverão realizar-se com recursos dos Municípios envolvidos na "Operação-Escola", dos Estados respectivos, utilizando-se, ainda, as verbas transferidas da União para as demais esferas do poder público.

3.2.4 - Dimensionamento do Problema e Quantificação da Expansão

Para tomar as medidas indispensáveis, a fim de atender toda a população na faixa da obrigatoriedade escolar, é necessário dimensionar e planejar o esforço suplementar a ser desenvolvido para absorver a matrícula adicional, além da comumente esperada, resultante da evolução natural do sistema (Anexo I).

- Anexo I "Dimensionamento do problema e quantificação da expansão"
- Documento do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA.

3.3 - Medidas Sugeridas

Quantificadas as necessidades educacionais, algumas medidas a curto, médio e longo prazos poderão ser sugeridas, a fim de permitir a execução desse Plano.

3.3.1 - Salas de Aula

Relativamente a salas de aula, alguns artifícios poderão ser Indicados:

a) criação de "Classes em Cooperação", mediante convênio entre a Secretaria de Educação e entidades religiosas, sociais, esportivas, militares, através do qual a Secretaria receberia as instalações cedidas e responsabilizar-se-la pela manutenção e funcionamento das novas unidades escolares, atendendo às necessidades de conservação, equipamento, corpo docente, alimentação, material didático e escolar;

b) elaboração de um plano de emergência, em áreas de grande procura de matrícula, para construção de salas em ampliação a prédios já existentes;

c) elaboração de um plano de construções escolares, obedecendo ao critério de maior número de escolas de 5 salas - localizadas nas zonas de grande densidade de população, a fim de facilitar o atendimento do educando o mais próximo possível de sua residência em vez de optar pela construção de umas poucas escolas grandes.

Esse plano de construção devera prever:

- escolas pré-fabricadas para atender de imediato, as áreas de grande expansão de matrícula;
- de alvenaria, para construção em prazos médios de 180 dias;

d) instituição de sistemas de alternância do uso das salas de aula para obter maior atendimento escolar.

Esses sistemas podem estabelecer-se, através de alternâncias adequadas durante o dia escolar, a semana escolar ou o ano letivo.

Relativamente ao sistema de alternância da semana escolar sugere-se a instituição do rodízio da folga semanal, que consiste em transformar o espaço escolar perdido da folga semanal em tempo útil para o ensino, criando uma classe nova para cada cinco classes existentes.

O quadro abaixo mostra um exemplo para a escola de 5 salas:

SALAS	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA	SÁBADO
1	A	Classe nova	A	A	A	A
2	B	B	Classe nova	B	B	B
3	C	C	C	Classes nova	C	C
4	D	D	D	D	Classe nova	D
5	E	E	E	E	E	Classe nova

Algumas possibilidades de uso mais racional do espaço escolar estão alinhadas em anexo (Anexo II)

3.3.2 - Professores

Para atender à necessidade de ampliação do corpo docente, decorrente do aumento do número de turmas, algumas medidas podem ser sugeridas:

a) requisitar, reconduzindo-os à regência de turma, os professores que estão exercendo funções administrativas na Secretaria de Educação ou em outros órgãos do Governos

b) aproveitamento das professorandas do último ano como regentes de turma;

c) melhoria do nível salarial do magistério, a fim de evitar a evasão e como meio de interessar os que, embora diplomados, não estão exercendo e profissão,

3.4 - Formalização do Plano

3.4.1 - Medidas Legais

Escolhidas as áreas de ação, para deflagrar a "Operação-Escola", quantificadas as necessidades e tomadas as medidas prelimi-

- Anexo II - "Uso Intensivo do Espaço Escolar" - Documento do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA.

liares, deverão ser expedidos os decretos e regulamentos da educação primária compulsória por parte dos Estados, de acordo com os termos da Lei.

Na época própria de matrícula (novembro ou dezembro)dever-se-á expedir o Edital de Chamada de População Escolar, de acordo com o Artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases. O Edital, além da chamada, deverá fazer referência às sanções legais cabíveis - inclusive as do Artigo 246 do Código Penal Brasileiro - aos pais que deixarem, sem justa razão, de prover a instrução do filho em idade escolar e, ainda, às isenções previstas na Lei de Diretrizes e Bases,

A seguir, organizar-se-á a expedição, pelos Estados e Municípios, de Atestados de Isenção, conforme a lei prevê.

3.4.2 - A Comprovação! O Censo Escolar

O Artigo 28 da LDB diz que "a administração do ensino nos Estados, Distrito Federal e Territórios promoverá o levantamento anual do registro das crianças em idade escolar .

O Censo Escolar deve ser realizado no início do 2º trimestre, para que ainda no decorrer do 3º trimestre, já de posse da análise, a administração possa se beneficiar dos seus resultados.

Sendo, como diz a lei, uma tarefa da administração do ensino, o Censo deve ser organizado pela Secretaria de Educação e executado pelo magistério. Admite-se, se necessário, a participação de escoteiros e estudantes de nível colegial e universitário.

O Censo poderá ser realizado sem verbas especiais, com despesas muito pequenas e deve ser entendido como uma tarefa de comunidade e de interesse geral.

Os modelos das fichas de coleta de dados e da fôlha-resumo, o texto do manual do recenseador, a organização da caderneta do recenseador, contendo o "croquis" do setor que ele vai recensear, o estudo da área com a sua divisão em setores, são tarefas da secretaria de Educação.

A execução do Censo permitirá o diagnóstico da situação escolar no Estado, bem como a identificação dos domicílios e dos casos Individuais, cuja análise constituirá um novo campo de trabalho.

O Censo Escolar dá à administração do ensino o instrumento válido para localizar novas unidades escolares, de acordo com a densidade de população infantil e a possibilidade de localizar as crianças que, estando dentro da faixa da obrigatoriedade escolar, permanecem fora da escola,

Com fundamento no Censo Escolar deverá ser instituída a Fiscalização da Obrigatoriedade Escolar, por agentes estaduais ou municipais, novo tipo de autoridade pública a serviço da educação de todos, que, devidamente preparada, ajudará a sociedade a escolarizar os seus menores.

ANEXO V

AGENDA, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS NAS
REUNIÕES COM OS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO E REPRE-
SENTANTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

DATA: 6 de novembro e 8 de novembro

LOCAL: MEC - INL - Auditório

AGENDA

9,00 hs. - Instalação dos Trabalhos pelo Senhor Secretário-Geral do MEC - Prof. Edson Franco.

9.30 hs. - Apresentação da Operação-Escola.

às Linhas Gerais do Programa - Debates.

12.00 hs.- Professoras - Lúcia Pinheiro - Lyra Paixão -
Maria Terezinha Tourinho Saraiva.

12 as 14 hs. - Almoço

14.00 hs. - Medidas previstas para 1968.

as Apresentação e debates pelo Grupo de Trabalho da

16.00 hs. - Operação-Escola, com a participação da perita da
UNESCO Mlle, Isabelle Deblê.

16.00 hs. - Mesas Redondas sobre a contribuição que presta-
as rão a Operação-Escola a: COLTED, CNAE, FNME e PNE.

18.00 hs.

DIA 6 DE NOVEMBRO

PARTICIPAÇÃO DO ENCONTRO SOBRE A OPERAÇÃO-ESCOLA OS SECRETÁRIOS E DIRETORES DE EDUCAÇÃO, E REPRESENTANTES DOS CONSELHOS DAS SEGUINTE UNIDADES FEDERATIVAS:

ACRE
AMAZONAS
CEARÁ
GOIÁS
MARANHÃO
MATO GROSSO
PARÁ
PARAÍBA
PIAUI
RIO GRANDE DO NORTE E TERRITÓRIOS FEDERAIS DO AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA.

DIA 8 DE NOVEMBRO

PARTICIPARÃO DO ENCONTRO SÔBRE A OPERAÇÃO-ESCOLA OS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS CONSELHOS DAS SEGUINTE UNIDADES FEDERATIVAS:

ALAGOAS
BAHIA
ESPÍRITO SANTO
GUANABARA
MINAS GERAIS
PERNAMBUCO
PARANÁ
SÃO PAULO
SERGIPE
SANTA CATARINA
RIO GRANDE DO SUL
RIO DE JANEIRO E
DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
REUNIÃO DE ESTUDOS DA OPERAÇÃO-ESCOLA

Dia 6/11/68

PARTICIPANTES:

<u>N O M E</u>	<u>E S T A D O</u>
JARBAS F. BEZERRA	Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte
ACY BARROS PEREIRA	Secret. Educ. e Cultura do Pará
CLÓVIS SILVA DE MORAES RÊGO	Repres. Conselho Estadual de Educação do Pará
RAIMUNDO N. LOBATO	Repres. Conselho Estadual Educação e Secretaria de Educação do Maranhão
RAIMUNDO G. POMBO	Presidente Cons. Est. de Mato Grosso
JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA	Repres. Sec. Educ. e Cultura de Mato Grosso
GERALDO LEITE DE MORAIS	Repres. Divisão de Educação do Amapá
ELINA BORTOT	Repres. Diretoria Ensino dos Territórios
MARIA DE FREITAS	Repres, do Plano <u>Nac.</u> de Educação
ITANA MARIA MORAES	Repres. Secret. Geral/Brasília
WILSON RODRIGUES	Assessor Governo de Mato Grosso
ZÉLIA NUNES	Divisão de Planejamento MEC
LÚCIA MARQUES PINHEIRO	Inst. Nac. Estudos Pedagógicos
WALDO LIMA DO VALLE	Conselho Estadual de Educação da Paraíba
JOSÉ MEDEIROS VIEIRA	Sec. Educ. e Cultura da Paraíba
CÓNEGO WALDO G. NOGUEIRA	Cons. Est. de Educ. do Amazonas
ANTÔNIO VINÍCIUS RAPOSO DA CAMARÁ	Secretário de Educação e Cultura do Amazonas
JOÃO WILSON MENDES MELO	Presidente Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte

CÓNEGO BALDUÍNO	Estado do Piauí
JOSÉ G.FREITAS	Presidente do Conselho de Educação do Piauí
HUMBERTO GRANDE	Diretor Executivo da Fundação Nacional de Material Escolar
JORGELITO CALS DE OLIVEIRA	Presidente do Conselho de Educação do Ceará e Representante do Secretário de Educação
LUÍS ARMANDO GONDIM GUIMARÃES	Diretor de Educação do Território de Fernando de Noronha
GAL. CHAGAS LEITE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
MÁRIO MONTEIRO DE BARROS	
ANTÓNIO D. PAIXKO	Divisão de Orçamento/SG
ANTÓNIO FIGUEIREDO	Divisão de Orçamento/SG
CEL. ARY LEONARDO PEREIRA	COLTED
J.C. CORRÊA DE MIRANDA	Repres.Diretoria do Ensino Agrícola
ELISE M. FRUGNOLI	"O GLOBO"
MARIA ELISA CARRAZZONI	DIPLAN-Secretaria Geral MEC
NILCE MARTINS DE ALMEIDA (Ouvinte)	Bibliotecária - Prof. Biblioteconomia e Arquivista da Guanabara

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
REUNIÃO DE ESTUDOS DA OPERAÇÃO-ESCOLA

Dia 8/11/68

PARTICIPANTES:

N O M E	U N I D A D E S
CARLOS ALBERTO BARROS SAMPAIO	Secretário de Educação de Sergipe
STELITA DE OLIVIERA FALCÃO	Representante do Conselho de Educação de Sergipe
LUIZ BRAZ	Secretário de Educação do Estado do Rio
LUIZ GONZAO MALHEIROS	Presidente do Conselho de Educação do Estado do Rio
DARCY WERTTER VERVLOET	Secretário de Educação do Espírito Santo
ALBERTO STANGE JÚNIOR	Presidente do Conselho de Educação do Espírito Santo
LUIZ LESEIGNEUR DE FARIA	Secretário de Educação do Rio Grande do Sul
ROBERTO COSTA FACHIN	Representante do Conselho de Educação do Rio Grande do Sul
GONZAGA DA GAMA FILHO	Secretário de Educação da Guanabara
MARIA MESQUITA DE SIQUEIRA	Representante do Conselho de Educação da Guanabara
ROBERTO DE MAGALHÃES MELO	Secretário de Educação de Pernambuco
CARLOS FREDERICO MACIEL	Representante do Conselho de Educação de Pernambuco
JOSÉ DE MELO GOMES	Secretário de Educação de Alagoas
MARIA DO ROSÁRIO PADILHA FLORÊNCIO	Representante do Conselho de Educação de Alagoas
JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA	Representante do Secretário de Educação de São Paulo
PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA	Representante do Conselho de Educação de São Paulo

LAERTY RAMOS DE CARVALHO	Representante do Conselho de Educação de São Paulo
ANÍBAL NUNES PIRES	Representante do Secretário de Educação e do Conselho de Educação de Santa Catarina
LUIZ NAVARRO DE BRITO	Secretário de Educação da Bahia
EDIVALDO BOAVENTURA	Representante do Conselho de Educação da Bahia
IVAN LUZ	Secretário de Educação do Distrito Federal
CLÉLIA DE FREITAS CAPANEMA	Presidente do Conselho de Educação do Distrito Federal
JOSÉ MARIA ALKIMIN	Secretário de Educação de Minas Gerais
EMANUEL BRANDKO FONTES	Representante do Conselho de Educação de Minas Gerais
ADA MONTRUCCHIO GINESTE	Representante do Secretário de Educação do Paraná
ZÉLIA MILLÊO PAVÃO	Representante do Conselho de Educação do Paraná

OUTRAS AUTORIDADES

DR. EDSON FRANCO	Secretario-Geral do Ministério da Educação e Cultura
PROFa. MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA	IPEA - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
PROFa. LÚCIA PINHEIRO	INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
PROFa. DULCIE KANITZ VICENTE VIANNA	DNE - Representante do Departamento Nacional de Educação
PROF. HUMBERTO GRANDE	FENAME - Diretor Executivo da Fundação Nacional de Material Escolar
PROFa. ELINA BORTOT	DET^- Diretora do Ensino dos Territórios e Fronteiras
PROF. PAULO RAMOS	SG - Representante da Divisão de Coordenação da Secretaria Geral
PROFa. MARIA DE FREITAS	PNE - Representante da Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação
ELIZABETH TAVARES DE LACERDA	SA - Secretaria Geral
MLLE. ISABELLE DEBLÊ	Perita da UNESCO

RELATÓRIO DOS ENCONTROS COM OS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO E REPRESENTANTES DOS CONSELHOS ESTADUAIS

Assunto: Operação-Escola

Data: 6 e 8 de novembro de 1968.

Local: Auditório do INL e Auditório do Conselho Federal de Cultura.

Agenda: em anexo.

Material distribuído: Decreto nº 63.258, de 19/9/68.

Portaria Interministerial nº 199, de 24/9/68.

Agenda das reuniões.

Relação dos participantes.,

Documento básico: "Operação-Escola".

Projeto Especial Prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento.

Cronograma de atividades (meses de novembro e dezembro de 1968).

Relatório da CNAE.

Documento da FNME.

Revistas da COLTED.

Documento do INEP.

A reunião do dia 6 realizou-se no auditório do Instituto Nacional do Livro (MEC - 4º andar) e a do dia 8, no Conselho Federal de Cultura (MEC - 7º andar).

Todos os Estados compareceram.

Relativamente à filosofia e à estratégia da Operação-Escola, não houve nenhum pronunciamento contrario.

A coordenadora do Grupo de Trabalho solicitou que todos os Estados se manifestassem, após a apresentação da filosofia, estratégia, aspectos qualitativos do ensino, levantamentos estatísticos" referentes a Operação-Escola.

Alguns Estados manifestaram apreensão quanto aos recursos disponíveis para a execução do programa.

Na reunião do dia 6, a Profª. Maria Freitas, substituta da Profª. Ecilda Ramos, apresentou dados comprovativos da ação do PNE e referiu-se ao documento "Convergências e Divergências entre o PNE e Operação-Escola", que trouxera para distribuir.

A coordenadora do Grupo de Trabalho solicitou que o do-

cumento não fosse distribuído, nem discutido, uma vez que não fora apresentado, anteriormente, ao Grupo de Trabalho, conforme solicitado.

No dia 7, pela manhã, a Coordenadora do Grupo de Trabalho procurou a Secretaria Geral do MEC, a fim de solicitar um exemplar do documento do PNE, para conhecimento do Grupo, liberando-o para reunião do dia 8.

A Secretaria Geral do MEC informou que o documento não estava disponível e que a Secretária Executiva do PNE o traria para a reunião do dia 8.

A tarde do dia 7, a Coordenadora do Grupo de Trabalho voltou a procurar a Secretária Geral do MEC, nessa oportunidade falando com o Sr. Paulo Ramos, que prometeu no dia 8, às 8 e meia da manhã, antes da reunião, mostrar-lhe um exemplar do documento.

No dia 8, a reunião começou sem que o Grupo de Trabalho tivesse conhecimento do documento, conforme o combinado.

A 1ª parte da reunião foi ocupada pelas Prof^{as}. Tereza Lina Saraiva e Lúcia Pinheiro que apresentaram o Projeto Especial (filosofia e estratégia) e a necessidade de reformular o ensino primário, para que se possam atingir os objetivos da Operação-Escola - expansão do ensino primário, cumprimento da obrigatoriedade escolar e melhoria qualitativa do ensino.

Na 2ª parte da reunião referente aos levantamentos estatísticos, foi apresentada pela perita da UNESCO - Mile. Deble.

Iniciada a mesa redonda, o pronunciamento dos representantes da CNAE e FNME, a palavra foi dada a Sra. Secretária Executiva do PNE, que chegara de Brasília às 14 horas.

Durante 1 hora a Prof^a. usou da palavra explicando os documentos que trouxera: "Plano Nacional de Educação"¹ - Um Estudo em Perspectiva e "Convergências e Divergências entre o PNE e a Operação-Escola".

A Secretária Executiva usou, em plenário, do direito que lhe havia sido concedido de comparecer à reunião com o Grupo de Trabalho, a fim de expor sua opinião pessoal e as dúvidas que porventura tivesse,

Alem de utilizar um momento impróprio fez declarações, sem fundamento, comprometedoras, que demonstraram total desconhecimento do assunto.

Após a palavra do Dr. Ruy Baldaque - da COLTED, a Coordenadora do Grupo de Trabalho - deu as explicações cabíveis, respondendo, com tranquilidade, mas com energia, as declarações da Sra. Secretária Executiva do PNE. Logo após foi dada a palavra aos Srs. Secretários de Educação. Somente os Srs. Secretários de Educação do Paraná, Rio de Janeiro e Pernambuco manifestaram-se contra. O primeiro porque considera que no Paraná o problema deverá ser atacado no interior e não na capital. O do Rio de Janeiro, apontou sua descrença por falta de recursos substanciais e o de Pernambuco declarou que considerava necessário que os Secretários fossem ouvidos antes de lançar o projeto especial.

Quanto ao do Paraná, a crítica não procede, pois projeto dá liberdade para que a Secretaria de Educação indique as áreas.

Quanto aos recursos, foi esclarecido que muitas medidas sugeridas independem de recursos suplementares e que na proposta orçamentária para 1969* ora no Senado, consta a verba de 17 milhões de cruzeiros novos.

O pronunciamento de Pernambuco não procede, pois o que a Operação-Escola busca atingir é o mesmo que todos os Secretários já executam: expansão da rede e melhoria do ensino.

A Operação-Escola unicamente sistematiza uma ação e determina época para que se cumpra um dispositivo constitucional.

Ao final dos pronunciamentos dos Srs. Secretários de Educação usaram da palavra o Dr. Arlindo Lopes Corrêa, Coordenador do Setor de Educação e Mão-de-Obra do IPEA, Dr. Edson Franco, Secretário-Geral do M.E.C, e a professora Maria Terezinha T. Saraiva, Coordenadora do Grupo de Trabalho Especial.

Os Srs. Secretários de Educação comprometeram-se a enviar ao Grupo de Trabalho, no período de 15 a 20 de dezembro, as seguintes informações:

a) áreas escolhidas para deflagrar a Operação-Escola, a partir de 1969.

b) os levantamentos estatísticos referentes a:

- população escolarizável (de 7 a 14 anos).

___ população escolarizada.

___ deficit escolar.

== capacidade da rede de ensino público e particular.

- corpo docente.

c) sugestões que serão adotadas para melhor aproveitamento do espaço existente, plano de ampliação e novas construções, professorado para atender à expansão da rede escolar.

d) indicação do efetivo a ser atendido em 196 nas áreas abrangidas pela Operação-Escola.

OPERACAO-ESCOLA
PROJETO ESPECIAL PRIORITARIO
DO
PROGRAMA ESTRATEGICO

Objetivos Gerais e Justificativa

A Constituição Federal determina a obrigatoriedade escolar de 7 a 14 anos (art. 168) e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (arts. 27 e 28) reafirma o dispositivo constitucional e dá aos Estados, através de suas Secretarias de Educação, a obrigação deste atendimento.

O atraso na educação básica do povo precisa ser recuperado, exigindo planejamento adequado e firme atitude, a fim de transpor para termos de realidade social concreta uma determinação constitucional, tida como utópica.

A obrigatoriedade escolar é indispensável para o êxito do regime democrático, pois este só será assegurado com uma população educada*

Por outro lado, não é senão através de um sistema capaz de assegurar efetivamente a todos Igualdade de oportunidades educacionais, que se formam, em número e qualidade, os recursos humanos de que a sociedade moderna precisa para atender às múltiplas tarefas impostas pelo desenvolvimento econômico e social.

Há muito que o País espera que o Poder Público assuma a responsabilidade de modificar o panorama educacional, demonstrando que está disposto a enfrentar o problema, corajosamente, em todos os seus aspectos. A ^MOperação-Escola^M será a oportunidade de provar que o poder público tem capacidade para resolver uma questão que desafia gerações.

Há, ainda, a considerar o impacto psico-social que esta medida trará, pois a ideia já firmada de incapacidade para solucionar esse angustiante problema será substituída pela expectativa de que, dentro de pouco tempo, o problema poderá ser resolvido em todo o território nacional, a exemplo do que já terá sido conseguido nas Capitais e outros grandes centros urbanos.

Determinados fatores, como a extensão territorial do País, a população rarefeita em nossa zona rural, a baixa renda "per capita", entre outros, impossibilitam uma ação imediata, de âmbito nacional. Estudos foram realizados com base na renda "per capita"^a; nas dotações para educação, especialmente para o ensino primário previstas nos orçamentos estaduais e municipais; nos dados disponíveis fornecidos pelo Censo Escolar do Brasil (1964) e pelo Anuário Brasi-

leiro de Estatística (1966), a fim de selecionar as áreas a serem trabalhadas, intensamente.

De acordo com esses estudos, as Capitais e as Cidades de maior desenvolvimento são as áreas consideradas viáveis para o desenvolvimento da "Operação-Escola", no período de 1968 a 1970.

O Governo Federal, nesse período, dará ênfase especial ao cumprimento da obrigatoriedade escolar através da "Operação-Escola", que é, sem dúvida, na área do ensino primário, o mais importante projeto prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento.

Órgãos Envolvidos no Programa

Além das Secretarias de Educação Estaduais, a quem caberá a execução do programa, o Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura, terá ação supletiva, transferindo recursos da União para os Estados a fim de implementar a "Operação-Escola" e prestando a assistência técnica que se faça necessária.

Área Geográfica de Influência

O Programa será de âmbito Nacional, e sua execução, será iniciada nas Capitais dos Estados e Cidades de maior desenvolvimento.

Características do Programa

A "Operação-Escola" corresponde à concretização do que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que respeita à obrigatoriedade escolar, o que trará reflexos altamente positivos para o desenvolvimento da educação brasileira.

Descrição e Desenvolvimento do Programa

No ano de 1968 - considerado a fase de preparação - as Secretarias de Educação Estaduais tomarão medidas de caráter legal, técnico e administrativo, envolvendo planejamento e aspectos técnico-pedagógicos, necessárias à implementação do Programa, que será executado a partir de 1969» nas áreas que forem escolhidas. Em 1969

atacar-se-á o problema nas Capitais e definir-se-ão as cidades a atingir em 1970.

0 Plano para o cumprimento da obrigatoriedade escolar terá etapas de trabalho que constituem, em essência, a sua estratégia.

2 necessário que se efetuem os levantamentos estatísticos indicados, capazes de dar apoio e direção à política nacional de atendimento escolar no ensino básico:

a) levantamento da população escolarizável de 7 a 14 anos;

b) verificação da população escolarizada e "deficit" escolar existente na **área;**

c) levantamento da demanda de matrícula, para o necessário atendimento à população escolarizável.

A seguir serão quantificadas as necessidades educacionais, relativamente a espaço, equipamento, professores, e as despesas de investimento e custeio.

Após essa quantificação, medidas a curto, médio e longo prazos serão tomadas, a fim de permitir a execução da Operação-Escola a partir de 1969.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

MESES	A T I V I D A D E
novembro	<p>Reunião com os Srs, Secretários de Educação e Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação,</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentação do programa prioritário Operação-Escola.- Distribuição dos documentos básicos e orientação para os levantamentos indispensáveis:<ul style="list-style-type: none">a) população escolarizável;b) população escolarizada;c) população fora da escola e não atendida anteriormente;d) capacidade da rede de ensino público e particular;e) corpo docente.- Edital de chamada da população escolar,- Planejamento de matrícula,- Apresentação de sugestões relativamente a espaço escolar e corpo docente,- Estudo e indicação das áreas nas quais será implementado o programa, <p>Reunião com os Srs, Diretores de Departamento de Educação Primária:</p> <ul style="list-style-type: none">- Apresentação do programa prioritário, Operação-Escola,- Diagnóstico da situação atual,- Planejamento de matrícula,- Medidas quantitativas e qualitativas aconselháveis.
dezembro	<p>Conclusão dos levantamentos e apresentação ao Grupo de Trabalho das sugestões sobre melhor aproveitamento do espaço existente, plano de ampliação e novas construções, professorado para atender à expansão da rede escolar,</p> <p>Indicação do efetivo a ser atendido em 1969 nas áreas abrangidas pela Operação-Escola(matrícula realizada),</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

OPERAÇÃO-ESCOLA

Subsídios para uma Reformulação do Ensino Primário Brasileiro

Grupo de Trabalho;

Lúcia Marques Pinheiro

Nise Pires

Norma Cunha Osório

Setembro de 1968

OPERAÇÃO-ESCOLA

META GERAL - Elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento de produtividade do ensino primário,

I. Aplicação do conceito de produtividade à educação

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais,

A formação adequada, que vá sendo oferecida aos indivíduos, permitirá que eles tenham melhores condições de satisfazer suas necessidades e aspirações pessoais, colocadas num nível mais alto.

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação e mais adequados as necessidades sociais e econômicas.

II. Produtividade atual do ensino primário brasileiro

O nosso ensino primário apresenta condições baixíssimas de produtividade. Assim: cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não freqüenta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34% cerca de 50% dos alunos de nível primário estão na 1ª. série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia, em média, o custo do aluno-ano,

III. Causas da baixa produtividade do ensino primário

Tais causas são múltiplas e complexas e, entre elas, destacamos:

. os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível

. os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados

- . os professores, de um modo geral, não têm preparo conveniente
- . o curso primário c de duração Insuficiente na maioria dos Estados
- . a carga horária é absolutamente insatisfatória

IV. Soluções propostas

A - Considerações preliminares

Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos desse regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada Indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades,

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados indistintamente pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interesses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino e ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos.

Nossos programas são geralmente únicos, por série escolar, em cada Unidade da Federação. São, além disso, ambiciosos: pedem na 1a. serie o que países mais adiantados pedem na 2a. série, na 4a. o que ê pedido na 6a. e assim por diante (1), devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior a daqueles países.

Assim, a maioria dos sistemas escolares brasileiros ainda se limita a 4 anos e, devido a nossa pequena carga horária, esses 4 anos de estudo, numa escola de 4 horas diárias de aula e 22 semanais, correspondem a:

- 3,1 anos nos Estados Unidos
- 2,8 anos na França
- 2.6 anos na Inglaterra
- 2,8 anos na URSS
- 2.7 ano3 na Suécia
- 2,4 anos na Suíça

Quatro anos numa escola primária de 3 horas diárias de aulas e 17 .semanais correspondem a:

(1) V. "Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?" trabalho apresentado pelo INEP na III Conferência Nacional de Educação.

2,5 anos nos Estados Unidos
2,2 anos na França
2.1 anos na Inglaterra
2,5 anos na URSS
2.2 anos na Suécia
1,9 anos na Suíça

As provas não medem o essencial e são demaaiado exigentes, dletendo-se em minúcias inúteis.

Essas condições destroem a flexibilidade da educação que e oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º sela, em média, de 16\$, quando deveria ser de mais de 80\$ (100% - taxa de aumento da população escolar em 4 anos) (2). Levando em conta que apenas 16% das crianças têm inteligência abaixo da média(3), se mal» do que essa porcentagem e reprovada ou considerada deficiente e necessitando de recuperação, o ensino não está sendo adaptado as condições das crianças, nem atendendo as diferenças individuais.

Pelo exposto, verifica-se que é urgente e inadiável uma reformulação do ensino primário. Considerando as deficiências técnicas desse ensino, julgamos que as soluções . propostas devem basear-se nas condições existentes, para elevá-las gradual e controladamente,

B - Providências desejáveis

1 - Reforma de programas no sentido de se adaptarem as condições das crianças; proposição de programas diversificados para atenderem às diferenças individuais. Estudo Experimental desses programas.

2 - Mudança das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.

(2) Essa taxa foi, para o período 1962-1965, de 18%.

(3) O esperado seria que apenas esses 16% não concluíssem os 4 anos de curso primário em 4 anos, mas acontece justamente o contrário: 84% não concluem o curso em 4 anos, o que é conseguido apenas pelos 16\$ mais bem dotados.

5 - Abolição do regime que prevê a realização da 1ª. série em mais de um ano letivo (1), o que leva a baixa de produtividade da escola (V. quadros 1 e 2).

4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite as modificações, integrando-se a Operação-Escola.

5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.

6 - Organização de turmas por idade dentro da série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para um mais adequado sistema de promoção.

7 - Promoção mais flexível.

É importante a sequência em que tais medidas sejam tomadas. A mudança do sistema de promoção, por exemplo, deve ser precedida da reformulação de currículos, programas e provas e do preparo do professor, pois, do contrário, não atingirá os objetivos a que se propõe. Estudos realizados sobre os resultados obtidos em Estados que mudaram seu sistema de promoção sem aqueles cuidados prévios revelaram que o tempo médio que as crianças levaram para chegar à 4ª. série foi o mesmo despendido pelos alunos de outros Estados não sujeitos à promoção flexível; não se verificou, pois, o avanço ou o fluxo mais rápido das crianças através dos níveis de ensino, que é um dos objetivos desse tipo de promoção.

As medidas propostas, que devem ser adotadas em cada Unidade da Federação, atendendo as condições que lhes são peculiares, contarão com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos seguintes aspectos:

- (1) Neste regime, os alunos são promovidos, por exemplo, da 1ª. série preliminar para a "1ª. série adiantada" e não para a 2ª. série. O sistema leva o professor a retardar o processo de alfabetização dos alunos.

1 - preparo de líderes para instituir a reformulação do ensino e avaliar, a cada passo, os resultados obtidos;

2 - apresentação de sugestões e auxílio prático na elaboração de currículos, programas (2) e provas e no preparo de pessoal;

3 - realização de pesquisas a curto prazo sobre os pontos críticos a serem atacados nas várias medidas a serem tomadas;

4 - apresentação de trabalhos e experiências já vividas nas escolas experimentais do INEP;

5 - estudos sobre construções escolares - localização, adequação, de condições, custos.

(2) O INEP está estudando programas de 9 países dos mais desenvolvidos do mundo, com vistas a colher sugestões para oferecer aos Estados.

v. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas até dezembro de 1969

"PERÍODO	" ATIVIDADE
Setembro/Outubro 1968	<p>1 - Preparo, pelo INEP, de uma prova-diagnóstico a ser aplicada a 10% dos alunos de 1º ano primário da rede escolar pública das capitais dos Estados e Territórios.- O objetivo da prova é diagnosticar a situação atual do ensino no 1º ano, tendo em vista fixar a influência que os seguintes fatores estejam exercendo na aprendizagem e rendimento escolar: critérios de promoção, preparo do professor, mudança de professor durante o ano, carga horária, materiais de ensino.</p> <p>2 - Preparo, ainda, de um questionário destinado aos diretores e outro aos professores das escolas da amostra.</p>
De 19/novembro a 15/dezembro de 1968	<p>1 - Reunião de estudos com os Diretores dos Departamentos de Educação Primária Estaduais, com os Diretores das Divisões de Educação dos Territórios e respectivos assessores para encaminhamento da reformulação do ensino primário,</p> <p>2 - Aplicação, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios, da prova-diagnóstico do INEP.</p> <p>3- - Remessa - pelas Secretarias de Educação estaduais e pelas Divisões de Educação dos Territórios-ao INEP do seguinte material:</p> <ul style="list-style-type: none"> - questionários, devidamente completados, dos diretores e professores das escolas da amostra - listas de resultados, por turma da amostra, das provas-diagnóstico - listas de resultados - por turma da amostra - das provas de promoção a que os alunos tenham sido submetidos, com a indicação da promoção ou reprovação de cada aluno - modelo da prova de promoção aplicada no Estado ou Território e indicação do critério pelo qual os alunos foram promovidos ou reprovados

continua

PERÍODO	ATIVIDADE
2a quinzena de dezembro de 1968 Janeiro de 1969	1 - Análise estatística dos resultados obtidos nos dois tipos de grovas, com vistas a verificar a influencia dos fatores já referidos. 2 - Interpretação desses resultados e conclusões a serem tiradas dos mesmos.
Fevereiro de 1969	Considerando as conclusões da pesquisa feita e tomando como base o estudo que está sendo realizado pelo INEP sobre os sistemas de ensino de 9 países de avançado nível educacional, apresentação de sugestões que levem a: <ul style="list-style-type: none"> . critérios mais convenientes de promoção do 1º ao 2º ano • programas mais adequados de 1º e 2º ano. . tipos de organização de turmas de 1º e 2º ano
Março de 1969 Julho de 1969	Duas reuniões anuais, de um mês cada uma, para preparar os staffs que irão orientar a reforma.
De março a dezembro de 1969	Assistência técnica, fornecida pelo INEP, às cidades envolvidas na Operação-Escola, para acompanhamento, adequação e avaliação do trabalho.

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas a partir de janeiro de 1970 será estabelecido posteriormente, em função das condições de cada uma das Unidades da Federação.

A reformulação a ser empreendida em 1969 atingirá os alunos de 1º e 2º ano, dos pontos de vista de: organização de turmas, adequação de programas e de critérios de promoção e orientação ao professor. Em 1970, deverá atingir, nos mesmos aspectos, os alunos de 3º e 4º anos.

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5a. e 6a. series primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio; levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Tal reformulação, desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, em caráter experimental, sujeita a avaliações periódicas, permitirá que, em pouco tempo, o ensino primário eleve a sua produtividade - os alunos serão atendidos adequadamente, aumentará o fluxo, diminuirão a repetência e a evasão e a escola formará produtos mais qualificados.

PRODUTIVIDADE (1) DA 1ª SÉRIE
 NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE SUBDIVIDEM - 1ª SÉRIE EM 2 OU MAIS ANOS
 QUADRO 1 a

Evasão e aprovação sem promoção

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966		Diferença entre matrícula e expectativa de matrícula	Evididos e aprovados num tipo de 1º ano, não promovidos ao 2º ano
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano			
Manaus	13.023	761	13.784	7.827	5.957	43,21%	
Recife	34.651	2.955	37.606	24.895	12.711	33,80%	
Boa Vista	1.625	183	1.808	996	812	44,91%	
Goiânia	12.967	1.560	14.527	7.850	6.677	45,96%	
Teresina	10.138	1.073	11.211	5.396	5.815	51,86%	
João Pessoa							
Belém	5.486	759	6.245	4.113	2.132	34,13%	
Aracaju	18.728	3.150	21.878	17.470	4.408	20,14%	
Natal	4.520	808	5.328	3.658	1.670	31,34%	
Guanabara	7.289	1.534	8.823	5.597	3.226	36,56%	
	44.548	53.282	97.830	75.587	22.243	22,73(3)	
TOTAL	152.975	66.065	219.040	153.389	65.651	29,97%	

(1) A produtividade é maior quando a taxa de evasão e reprovação é menor. Supondo que a taxa de evasão seja idêntica nos dois grupos de Estados, os do 2º grupo terão, em média, mais 24% de reprovações do que consta no Anuário

(2) Entre o final de 1965 e o início de 1966.

(3) Cf. Anuário Estatístico de 1967, Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística.

NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE NÃO SUBDIVIDEM A 1ª SÉRIE
QUADRO 2 a
Evasão

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966		Diferença entre matrícula e expectativa	Evasão
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano			
Niterói	10.415	533	10.948	9.600	1.348	12,31%	
Curitiba	11.367	1.362	12.729	12.725	4	0,03%	
Rio Branco	3.200	338	3.538	1.464	2.074	58,62%	
São Luís	5.570	1.302	6.872	6.525	347	5,04%	
Maceió	7.601	1.194	8.795	5.321	3.474	39,49%	
Florianópolis	3.454	1.067	4.521	4.519	2	0,04%	
Porto Alegre	16.574	3.773	20.347	20.197	150	0,73%	
Brasília	7.182	2.577	9.759	9.521	238	2,43%	
Belo Horizonte	27.455	6.382	33.837	32.090	1.747	5,16%	
Vitória	2.922	820	3.742	3.629	113	3,01%	
Guabá	4.874	540	5.414	2.405	3.009	55,57%	
São Paulo	112.661	34.362	147.023	152.329	5.306	3,63%	
T O T A L	213.275	54.250	267.525	260.325	12.506(4)	6,63%	

(4) Neste total não foi incluído S. Paulo, tendo em vista que a matrícula foi maior que a expectativa, fenômeno que pode ser explicado pelo ingresso na escola de crianças já alfabetizadas e se dá no Estado de S. Paulo em geral.

QUADRO 3

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4ª série primária (1).

ANO DE 1965

CAPITAIS DO BRASIL (sem subdivisão da 1ª série)	Total de alunos apro- vados - 4ª série	Total de alunos da 1ª série (matrícula int- cial)	Índice de produtividade (%)
Niterói	5.226	13.466	39
Curitiba	8.913	16.973	53
Rio Branco	517	5.463	9
São Luís	2.623	9.472	28
Maceió	2.338	13.144	18
Florianópolis	2.332	6.179	38
Pôrto Alegre	11.234	32.961	34
Brasília	3.184	13.136	24
Belo Horizonte	16.493	50.126	33
Vitória	1.613	6.320	26
Cuiabá	962	6.919	14
T O T A L	55.435	174.159	32

Q U A D R O 4

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4ª série primária (2).

CAPITAIS DO BRASIL (com subdivisão da 1ª série).	Total de alunos aprq- vados - 4ª série	Total de alunos da 1ª série (matricula in- cial)	Índice de produtividade (%)
Manaus	3.051	17.521	17
Recife	11.044	41.553	27
Boa Vista	247	2.225	11
Colônia	2.637	17.627	15
Teresina	1.657	17.311	10
João Pessoa	1.867	10.260	18
Belém	9.213	12.674	73
Aracejã	1.447	7.153	20
Natal	2.456	12.705	19
Guanabara	13.884	209.176	7 (3)
T O T A L	47.503	348.205	14

Observação: A produtividade foi calculada pelo Índice Alunos aprovados na 4ª série
Matricula inicial na 1ª série

(1) Estados que não subdividem a 1ª série

(2) Estados que subdividem a 1ª série

(3) Dados extraídos do Anuário Estatístico (1967), IBGE.

ANEXO VI

DOCUMENTO ENVIADO AOS DIRETORES DE ENSINO

PRIMÁRIO DOS ESTADOS

De: Coordenadora do Grupo de Trabalho Especial da Operação-Escola

Para: Diretor do Departamento de Educação Primária de Assuntos Envio de material e solicitação de dados

Senhor Diretor:

Estamos enviando, em anexo, os relatórios completos das atividades desenvolvidas nos dias 11 a 14 de novembro na Reunião de Diretores de Educação Primária e Assessores.

Aproveitamos a oportunidade para renovar as solicitações feitas pelo Grupo de Trabalho especial por ocasião da reunião em causa e da Reunião de Secretários de Educação e membros dos Conselhos Estaduais de Educação. Esses pedidos são os seguintes:

a) indicação, até o fim de novembro, dos setores para os quais é solicitada assistência técnica, a fim de que possamos verificar a possibilidade de atendimento e organizar o trabalho;

b) indicação dos elementos designados pela Secretaria de Educação para constituir o grupo estadual encarregado da Operação-Escola,

c) envio, entre 15 e 20 de dezembro, dos levantamentos estatísticos solicitados no documento "Cumprimento da Obrigatoriedade de Escolar.

Gostaríamos ainda de contar, logo que possível, com informações sobre os planos do Estado para atender aos fatores apontados pelos participantes da Reunião de Estudos como responsáveis pela situação de baixa produtividade do ensino primário, em particular os relativos a:

melhor entrosamento dos serviços de educação e saúde para atendimento aos problemas de saúde que estejam afetando o rendimento do ensino, em especial na 1ª série;

. entrosamento do Departamento de Educação Primária com os órgãos encarregados do Ensino Normal para a formação mais satisfatória do magistério (melhoria dos critérios de seleção Dará ingresso nas Escolas Normais, aperfeiçoamento de professores de Escolas Normais, aumento das oportunidades de prática docente etc);

. aperfeiçoamento do magistério primário e supervisão direta dos elementos mais necessitados

. aperfeiçoamento dos diretores de escola;

- estudo dos resultados obtidos pelos alunos de acordo com os programas vigentes para reformulação dos mesmos, se for o caso;

- preparo e aperfeiçoamento dos professores para a medida do rendimento escolar.

. Agradecemos ainda uma vez, a valiosa colaboração de V. Sa.

Cordiais saudações

MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA
Coordenadora do Grupo de Trabalho
Especial da Operação-Escola

ANEXO VII

EXPEDIENTE DO GRUPO DE TRABALHO ESPECIAL PARA O SENHOR
SECRETÁRIO GERAL DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Rio de Janeiro, de dezembro de 1968,

De : Maria Terezinha Tourinho Saraiva
Coordenadora do Grupo de Trabalho Especial
Portaria 199 de 24 de setembro de 1968

Para: Dr. Sdson Franco
Secretário-Geral do M.E.C.

Assunto: operação - escola

O Grupo de Trabalho Especial designado pela Portaria Interministerial nº 199, de 24 de setembro de 1960, após as reuniões com os Secretários de Educação, Representantes dos Conselhos Estaduais e Diretores de Ensino Primário, para o lançamento da Operação-Escola, envia a V.s^a os relatórios, agenda de reunião e documentos distribuídos naquela ocasião. Oportunamente enviaremos as informações relativas às áreas selecionadas e aos levantamentos estatísticos solicitados, que deverão chegar no período de 15 a 20 de dezembro.

Atendendo ao disposto na alínea d, do parágrafo único do Art. 3º do Decreto nº 63 258 de 19/9/68, o Grupo de Trabalho está, no momento, montando o sistema de acompanhamento e avaliação do projeto.

Seria de todo* o interesse que o M.E.C, designasse os funcionários que irão executar a tarefa relativa à coleta e análise dos dados e ao acompanhamento e avaliação do programa, para que participassem das reuniões que o Grupo de Trabalho está realizando, com a finalidade de montar aquele sistema.

Encarecendo a urgência da resposta, pois o Grupo de Trabalho deverá apresentar até dia 24 de dezembro o relatório, incluindo o sistema de acompanhamento e avaliação, subscrevo-me

Atenciosamente

MARIA TEREZINHA TOURINHO SARAIVA
Coordenadora do Grupo de
Trabalho Especial

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)